

*“E se quiser saber
Pra onde eu vou
Pra onde tenha Sol
É pra lá que eu vou”*

Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos



2018

Relatório Anual de
Informações aos
Participantes e Assistidos



2018

Comece a ver um novo horizonte com a REGIUS.

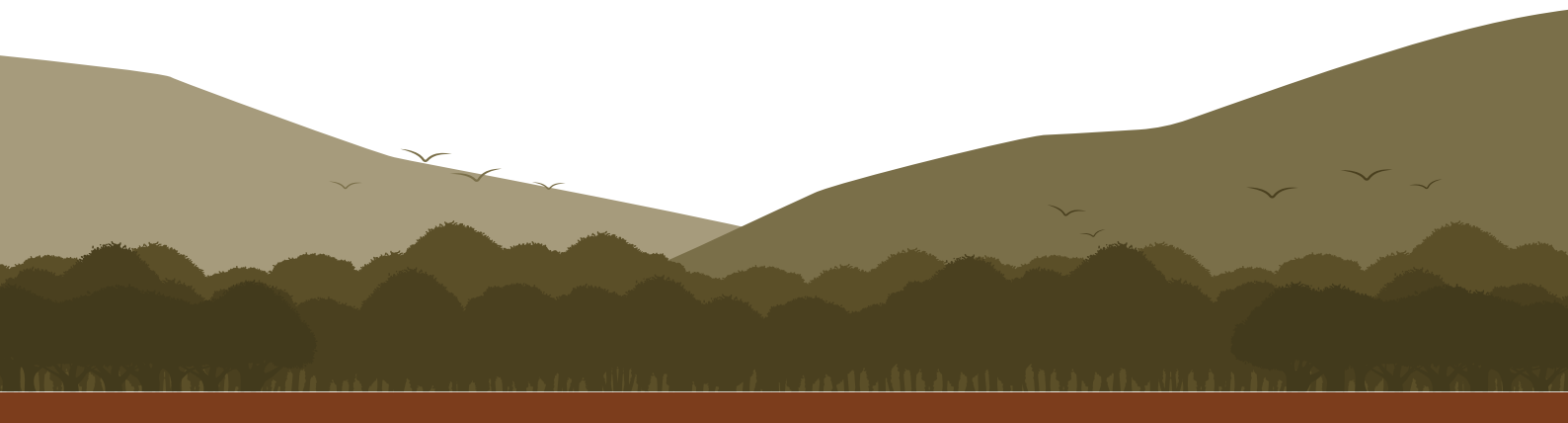
Olhar em frente com os pés fincados no presente nem sempre é fácil, mas planejar o futuro é fundamental.
A paisagem que vemos daqui é linda!

O novo conceito de comunicação da REGIUS faz a associação entre o horizonte, a direção que perseguimos incansavelmente e trechos de músicas, bem conhecidas, que falam de trilhar caminhos e conquistar sonhos. A ideia que queremos transmitir é a de que todos temos a esperança como mirante, que sempre nos mostra um firmamento como direção, e que nunca devemos desistir de alcançá-lo.

As estradas nos demonstram que sempre podemos ir adiante, que o caminho é amplo e o horizonte é a nossa direção, mas não o fim da linha. Não fique parado somente contemplando a paisagem, caminhe em direção a ela. Saiba aproveitar os momentos, mas, construa a sua vida em bases firmes, assim poderá desfrutar de seus esforços de forma gratificante.

Sua tranquilidade e segurança na aposentadoria tem sido nosso horizonte há 34 anos.

REGIUS, a confiança presente nos planos futuros.



Lista de Quadros

QUADRO 1 – Rentabilidade dos Planos de Benefícios	14
QUADRO 2 – Patrimônio de Cobertura/Provisões Matemáticas	14
QUADRO 3 – Quantidade de Participantes por Plano	17
QUADRO 4 – Variação da Quantidade de Participantes 2017/2018	18
QUADRO 5 – Premissas Atuariais – BD-01	22
QUADRO 6 – Premissas Atuariais – CV-03	22
QUADRO 7 – Resultado Atuarial – Plano BD-01	23
QUADRO 8 – Resultado Atuarial – Plano CD-02	24
QUADRO 9 – Resultado Atuarial – Plano CV-03	25
QUADRO 10 – Resultado Atuarial – Plano CD-Metrô-DF	25
QUADRO 11 – Resultado Atuarial – Plano CD-05	26
QUADRO 12 – Resumo da Política de Investimentos dos Planos de Benefícios	30
QUADRO 13 – Rentabilidade em Dezembro de 2018	32
QUADRO 14 – Demonstrativo de Investimentos Plano BD-01 – Dezembro/2018	33
QUADRO 15 – Demonstrativo de Investimentos Plano CD-02 – Dezembro/2018	34
QUADRO 16 – Demonstrativo de Investimentos Plano CV-03 – Dezembro/2018	35
QUADRO 17 – Demonstrativo de Investimentos Plano CD-Metrô-DF – Dezembro/2018	35
QUADRO 18 – Demonstrativo de Investimentos plano CD-05 – Dezembro/2018	35
QUADRO 19 – Demonstrativo de Investimentos PGA – Dezembro/2018	36
QUADRO 20 – Despesa com a Gestão Previdencial	37
QUADRO 21 – Despesa com a Gestão de Investimentos	37
QUADRO 22 – Despesa com a Gestão Administrativa	38
QUADRO 23 – Orçado x Realizado 2018	38
QUADRO 24 – Despesas Administrativas 2018	40
QUADRO 25 – Evolução das Despesas Administrativas	41
QUADRO 26 – Evolução do Custeio Administrativo	41

QUADRO 27	– Balanço Patrimonial 2018	42
QUADRO 28	– Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS	43
QUADRO 29	– Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano BD-01	44
QUADRO 30	– Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano CD-02	45
QUADRO 31	– Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano CV-03	46
QUADRO 32	– Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano CD-Metrô-DF	47
QUADRO 33	– Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano CD-05	47
QUADRO 34	– Demonstração de Mutação do Ativo Líquido – DMAL – Plano BD-01	48
QUADRO 35	– Demonstração de Mutação do Ativo Líquido – DMAL – Plano CD-02	49
QUADRO 36	– Demonstração de Mutação do Ativo Líquido – DMAL – Plano CV-03	49
QUADRO 37	– Demonstração de Mutação do Ativo Líquido – DMAL – Plano CD-Metrô-DF	50
QUADRO 38	– Demonstração de Mutação do Ativo Líquido – DMAL – Plano CD-05	50
QUADRO 39	– Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – CONSOLIDADO	51
QUADRO 40	– Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano BD-01	52
QUADRO 41	– Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano CD-02	53
QUADRO 42	– Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano CV-03	54
QUADRO 43	– Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano CD-Metrô-DF	55
QUADRO 44	– Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano CD-05	56
QUADRO 45	– Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano BD-01	57
QUADRO 46	– Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano CD-02	58
QUADRO 47	– Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano CV-03	58
QUADRO 48	– Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano CD-Metrô-DF	59
QUADRO 49	– Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano CD-05	59

Lista de Figuras

- FIGURA 1 – Pensamento Estratégico 10
- FIGURA 2 – Composição dos Órgãos Estatutários 11
- FIGURA 3 – Estrutura Organizacional 12

Lista de Gráficos

- GRÁFICO 1 – Índice de Eficiência – Ações 13
- GRÁFICO 2 – Índice de Eficácia – Metas 13
- GRÁFICO 3 – Maturidade do Plano 14
- GRÁFICO 4 – Solvência – Capacidade de Cobertura 15
- GRÁFICO 5 – Desempenho dos Planos 15
- GRÁFICO 6 – Custo Administrativo – Variação entre 2017 e 2018 16
- GRÁFICO 7 – Execução Orçamentária – Orçado/Realizado 16
- GRÁFICO 8 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano BD-01 19
- GRÁFICO 9 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano CD-02 19
- GRÁFICO 10 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano CV-03 20
- GRÁFICO 11 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano CD-Metrô-DF 20
- GRÁFICO 12 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano CD-05 21
- GRÁFICO 13 – Orçado x Realizado 2018 39

Sumário

1. Apresentação **08**
2. Introdução **09**
3. Governança **10**
 - 3.1. Pensamento Estratégico **10**
 - 3.2. Estrutura de Governança **10**
 - 3.3. Estrutura Organizacional **12**
 - 3.4. Indicadores de Gestão – 2018 **13**
4. Perfil Corporativo **17**
 - 4.1. A Entidade **17**
 - 4.2. Patrocinadoras dos Planos Administrados **17**
 - 4.3. Participantes **17**
5. Gestão Previdencial **19**
 - 5.1. Receitas e Despesas Previdenciais no Ano **19**
 - 5.2. Comportamento das Premissas Atuariais – Aderência aos Planos de Benefícios **21**
 - 5.3. Parâmetros Atuariais **21**
 - 5.4. Resultado dos Planos de Benefícios **23**
 - 5.5. Demonstrações Atuariais **26**
6. Gestão dos Investimentos **27**
 - 6.1. Estratégias de Investimentos **27**
 - 6.2. Quadro Resumo da Política de Investimentos **29**
 - 6.3. Rentabilidade – Dezembro/2018 **31**
 - 6.4. Demonstrativos de Investimentos – Dezembro/2018 **32**
7. Gestão Administrativa **37**
 - 7.1. Custos com a Administração de Recursos **37**
8. Gestão Contábil e de Controles **42**
 - 8.1. Situação Patrimonial **42**
9. Pareceres e Manifestações **60**

1. Apresentação

Em 2018, nos motivamos a cada dia para cumprir a missão de administrar com eficácia os Planos e assegurar o pagamento dos Benefícios, visando a proteção social dos Participantes e seus Beneficiários. Cuidamos para a manutenção do equilíbrio dos Planos de Benefícios administrados e por uma gestão cuidadosa e responsável dos recursos garantidores. Os bons resultados podem ser confirmados no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos de 2018.

A prestação de contas é um dos pilares da governança corporativa e é com satisfação que apresentamos nesta publicação as principais atividades desenvolvidas em 2018 e os resultados alcançados na gestão dos Planos de Benefícios. Muitos desafios superados e bons resultados colhidos.

O Relatório Anual é uma publicação obrigatória a ser divulgada aos Participantes e Assistidos e contém informações referentes à situação econômica, financeira e atuarial dos Planos de Benefícios e da gestão administrativa dos Planos. Os parâmetros para elaboração e divulgação do Relatório estão especificados na Instrução MPS/PREVIC nº 22, de 15/04/2015, e tem como referência a Instrução Previc nº 21, de 23/03/2015, que define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis.

O resultado de 2018 apontou um patrimônio total administrado de 2,5 bilhões de Reais, distribuídos entre os cinco Planos de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa, cujos recursos foram aplicados no mercado financeiro, a partir das diretrizes e parâmetros estabelecidos nas respectivas políticas de investimentos. Em obediência à legislação de regência, a contabilidade de cada Plano é feita separadamente e os demonstrativos contábeis serão apresentados adiante, evidenciando a situação financeiro-atuarial dos Planos.

2. Introdução

A decisão de aderir a um plano de previdência é muito importante para todo o trabalhador que pensa em construir um futuro com mais segurança para si e para sua família, contando com a ajuda de seu empregador. No Brasil, poucos brasileiros podem contar com a proteção da Previdência Complementar.

Em 2018, a REGIUS completou 33 anos de existência e apresentou grandes números:

- Patrimônio total administrado: mais de 2,5 bilhões de reais;
- Seis planos administrados e 6 patrocinadoras;
- Mais de 5.000 Participantes e 12.000 Beneficiários – dependentes dos Participantes;
- Índice de adesão aos Planos de Benefícios: 77,85% dos empregados das Patrocinadoras;
- É a 58ª Entidade de Previdência Complementar no ranking da ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada, de um total de 240 entidades filiadas.

O foco da governança da REGIUS pautou-se na sustentabilidade dos Planos de Benefícios, na transparência, prestação de contas, na melhoria dos padrões de segurança e no fortalecimento da relação com Participantes e Patrocinadores.

3. Governança

3.1. Pensamento Estratégico

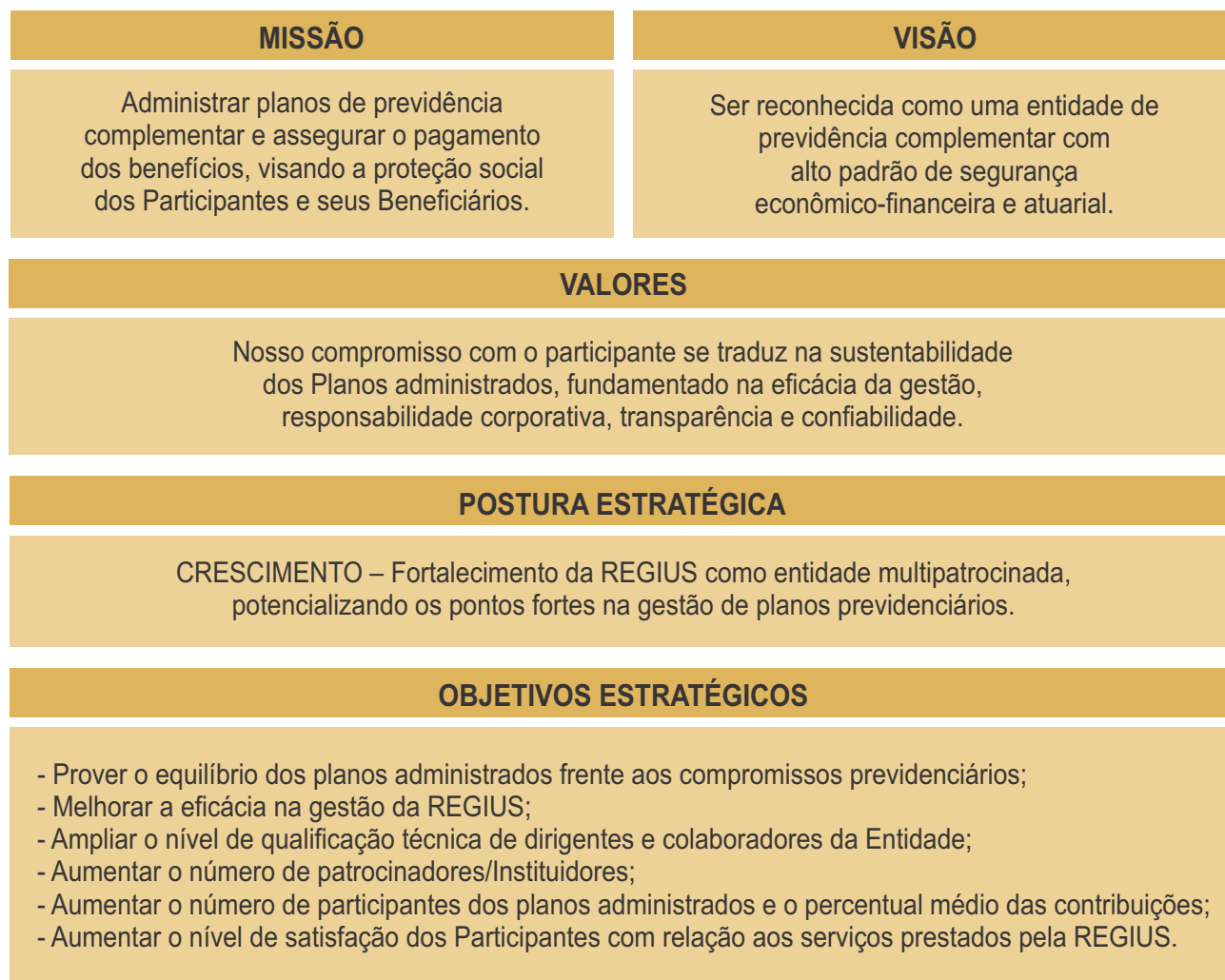


FIGURA 1 – Pensamento Estratégico

3.2. Estrutura de Governança

A estrutura de governança da REGIUS, em conformidade com a legislação vigente, está definida por:

Conselho Deliberativo (CONDE) – Mandato de 4 Anos – Uma Recondução

- 3 (três) membros efetivos dentre Participantes Ativos e Assistidos e igual número de suplentes escolhidos em eleição direta pelos Participantes Ativos e Assistidos;
- 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes designados pelas Patrocinadoras ou Instituidoras dentre seus empregados, Participantes Ativos dos Planos de Benefícios administrados pela REGIUS.

A presidência do Conselho Deliberativo caberá a um dos membros indicados pela Patrocinadora-Fundadora, por eles escolhido.

Comitê de Ética e Disciplina (COMED)

O COMED é órgão colegiado deliberativo, que atua na prevenção e repressão a condutas ético-disciplinares contrárias à legislação e normativos internos em vigor, aos bons costumes e melhores práticas de governança corporativa dos empregados e membros dos Órgãos Estatutários da REGIUS, no exercício de suas funções.

O COMED tem a finalidade de promover a instauração, instrução e julgamento do procedimento ético e disciplinar em face de colaboradores e membros dos órgãos estatutários da REGIUS, nos termos do seu Regimento Interno, observadas as disposições expressas na legislação, no Estatuto da Entidade e nos demais normativos internos vigentes.

Conselho Fiscal (COFIS) – Mandato de 4 Anos – Sem Recondução

- 2 (dois) membros efetivos e igual número de suplentes designados por Patrocinadoras e Instituidoras, dentre seus empregados.
- 2 (dois) membros efetivos e igual número de suplentes escolhidos em eleição direta pelos Participantes Ativos e Assistidos.

A presidência do Conselho Fiscal caberá a um dos membros eleitos, escolhido por estes.

Diretoria Executiva (DIREX) – Mandato de 4 Anos – Uma Recondução

- **Diretor-Presidente** – nomeado pelo Conselho Deliberativo
- **Diretor Financeiro** – nomeado pelo Conselho Deliberativo
- **Diretor de Benefício e Administração** – eleito dentre os Participantes Ativos e Assistidos
- **Diretor de Planejamento e Controle** – eleito dentre os Participantes Ativos e Assistidos

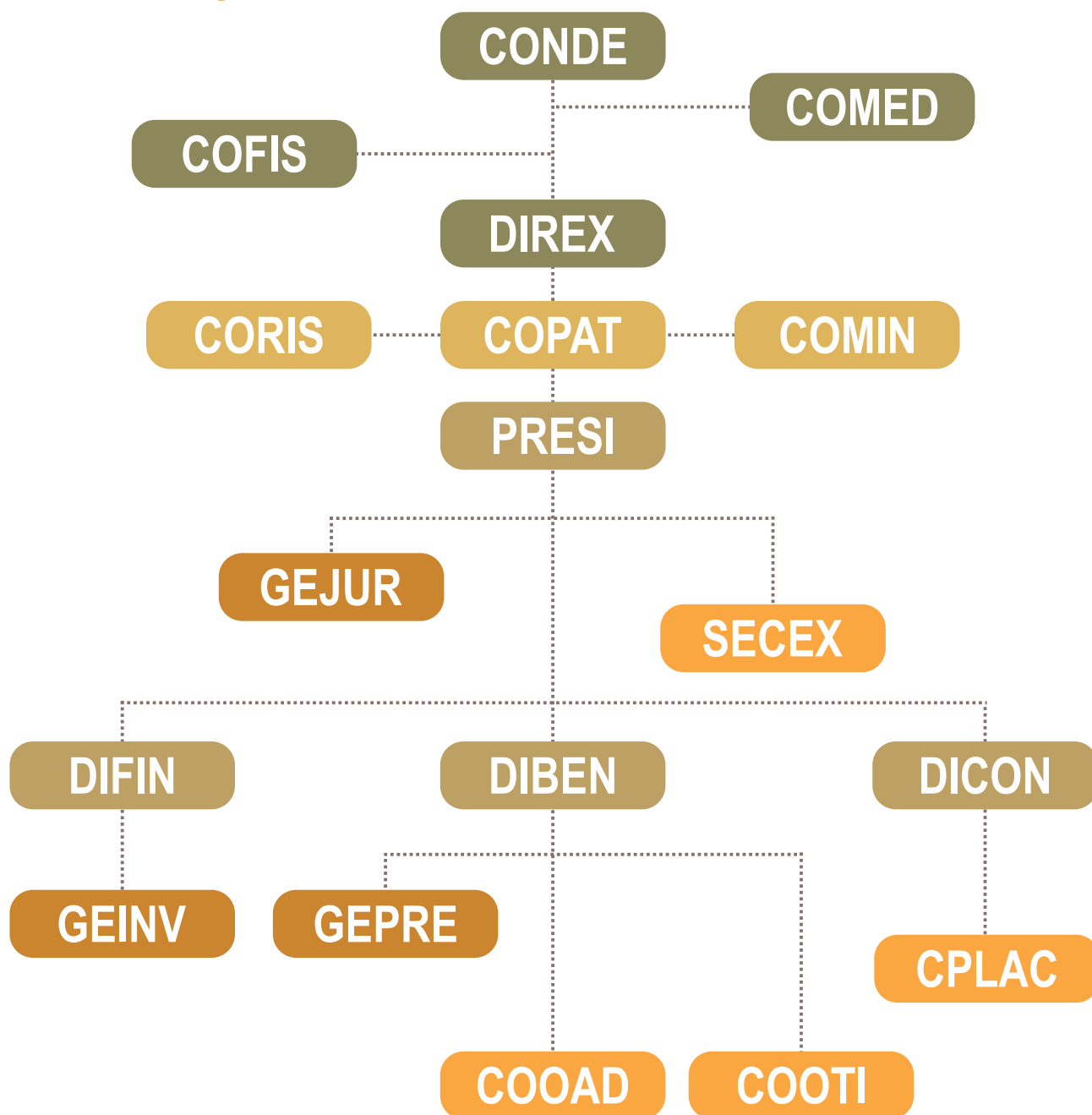
Os Órgãos Estatutários contam com o apoio do Comitê de Investimento – COMIN, do Comitê de Patrocinadoras – COPAT e do Comitê de Gestão de Riscos – CORIS, sendo os dois primeiros compostos por membros indicados pelas Patrocinadoras dos planos administrados pela Entidade e o último por técnicos da REGIUS, sob coordenação do titular da Diretoria de Planejamento e Controle.

Composição Atual dos Órgãos Estatutários

CONSELHO DELIBERATIVO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Romes Gonçalves Ribeiro – Presidente Carlos Cesar Borges Douglas Schmeisck Ribeiro Jânio Deodoro Bragança de Vasconcelos Ozires Leal Barbosa Wendell Feitosa Castro	Juscelino Fernandes de Sá Elaine da Rocha Silva e Lima Helson Ricardo Simão Souza Sirlene das Dores Evangelista Carlos Alberto Leite Rejane Mendes Meireles
CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Ricardo José Duarte Rodrigues - Presidente Dulce de Matos Carpanez Élcio Flávio Braga Shirley Fonseca Silva	Eriel Strieder Carlos Randolpho Campos Alex Augusto Flores Haidar Hélio Goiás de Sá
DIRETORIA EXECUTIVA	
Nilza Rodrigues de Moraes – Diretora-Presidente Marcello Furlanetto Gomes – Diretor Financeiro Sandro Soares de Souza – Diretor de Benefícios e Administração Valdeci Carneiro da Silva – Diretor de Planejamento e Controle	

FIGURA 2 – Composição dos Órgãos Estatutários

3.3. Estrutura Organizacional



CONDE – Conselho Deliberativo
COMED – Comitê de Ética e Disciplina
COFIS – Conselho Fiscal
DIREX – Diretoria Executiva
CORIS – Comitê de Risco
COMIN – Comitê de Investimentos
COPAT – Comitê de Patrocinadoras
PRESI – Presidência
GEJUR – Gerência Jurídica
SECEX – Secretaria Executiva

DIFIN – Diretoria Financeira
GEINV – Gerência de Investimentos
DIBEN – Diretoria de Benefícios e Administração
GEPRE – Gerência de Previdência e Relacionamento
COOAD – Coordenadoria de Administração
COOTI – Coordenadoria de Tecnologia da Informação
DICON – Diretoria de Planejamento e Controle
CPLAC – Coordenadoria de Planejamento e Controle

FIGURA 3 – Estrutura Organizacional

3.4. Indicadores de Gestão – 2018

Ações do Planejamento Estratégico

Quadro de Índice de Eficiência – demonstra a quantidade de ações cumpridas do Planejamento Estratégico. Em 2018, o índice de Eficiência da REGIUS foi de 81,48%, pois foram cumpridas 22 ações, das 28 previstas no Planejamento Estratégico.

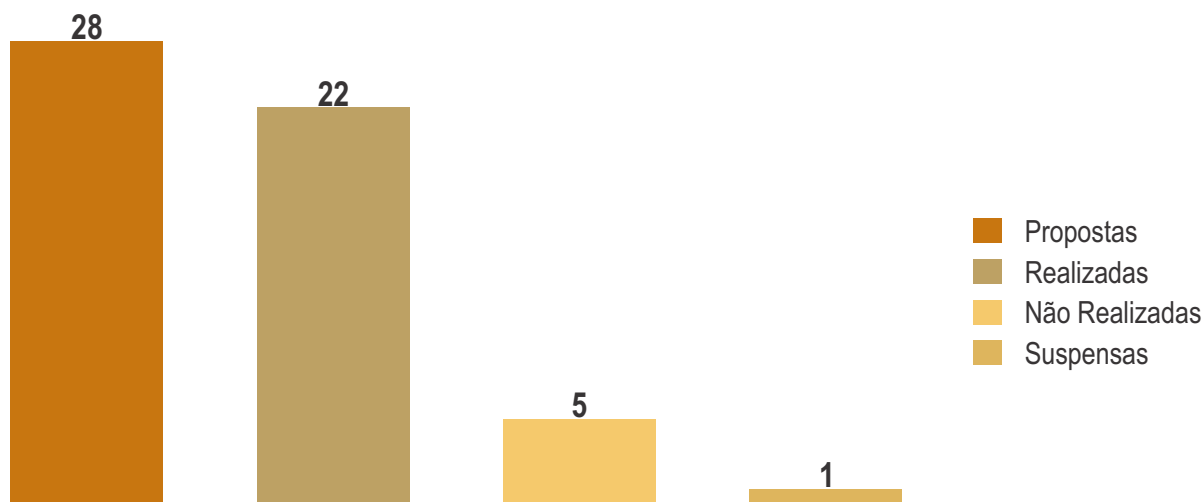


GRÁFICO 1 – Índice de Eficiência – Ações

O próximo gráfico demonstra o Índice de Eficácia – demonstra a quantidade de metas alcançadas no Planejamento Estratégico. Em 2018, o Índice de Eficácia da REGIUS foi de 61,11%, considerando que das 18 metas propostas 11 foram alcançadas.

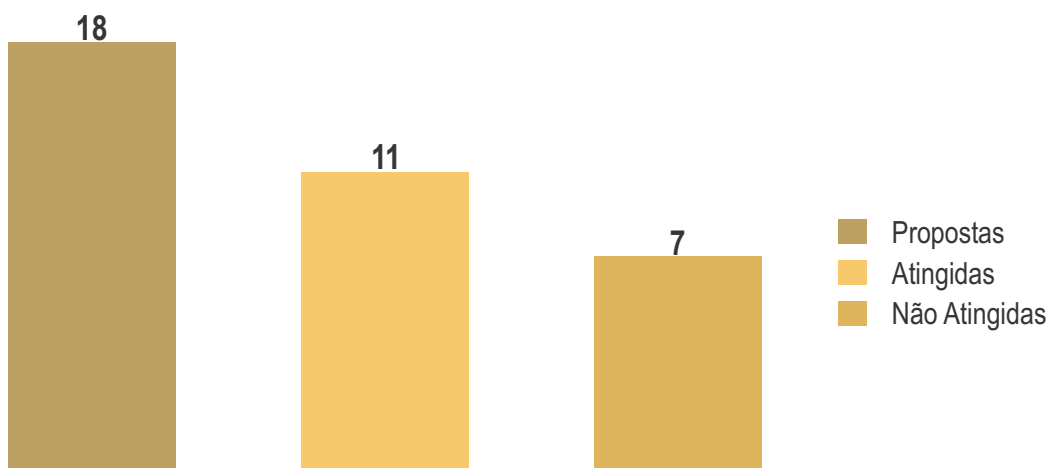


GRÁFICO 2 – Índice de Eficácia – Metas

Desempenho dos Planos

PLANO	META/REFERENCIAL	RENTABILIDADE	DESEMPENHO
BD-01	9,89%	11,37%	115%
CD-02	8,73%	9,52%	109%
CV-03	8,73%	10,35%	119%

CD-Metrô-DF	8,73%	9,92%	114%
CD-05	8,73%	9,05%	104%
PGA	8,73%	10,17%	116%

Plano BD-01 – rentabilidade de 11,37%, ante a meta de 9,89% – 15% acima da meta.

Plano CD-02 – rentabilidade de 9,52%, ante a meta de 8,73% – 9% acima do referencial.

Plano CV-03 – rentabilidade de 10,35%, ante a meta de 8,73% – 19% acima da meta.

Plano CD-Metrô-DF – rentabilidade de 9,92%, ante a meta de 8,73% – 14% acima do referencial.

Plano CD-05 – rentabilidade de 9,05%, ante a meta de 8,73 – 4% acima do referencial.

PGA – rentabilidade de 10,17%, ante a meta de 8,73% – 16% acima do referencial.

QUADRO 1 – Rentabilidade dos Planos de Benefícios

PLANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA	RESERVA MATEMÁTICA
BD-01	2.069.193.324	2.031.275.974
CV-03	291.904.389	288.944.026

QUADRO 2 – Patrimônio de Cobertura/Provisões Matemáticas

Outros Indicadores

Maturidade do Plano

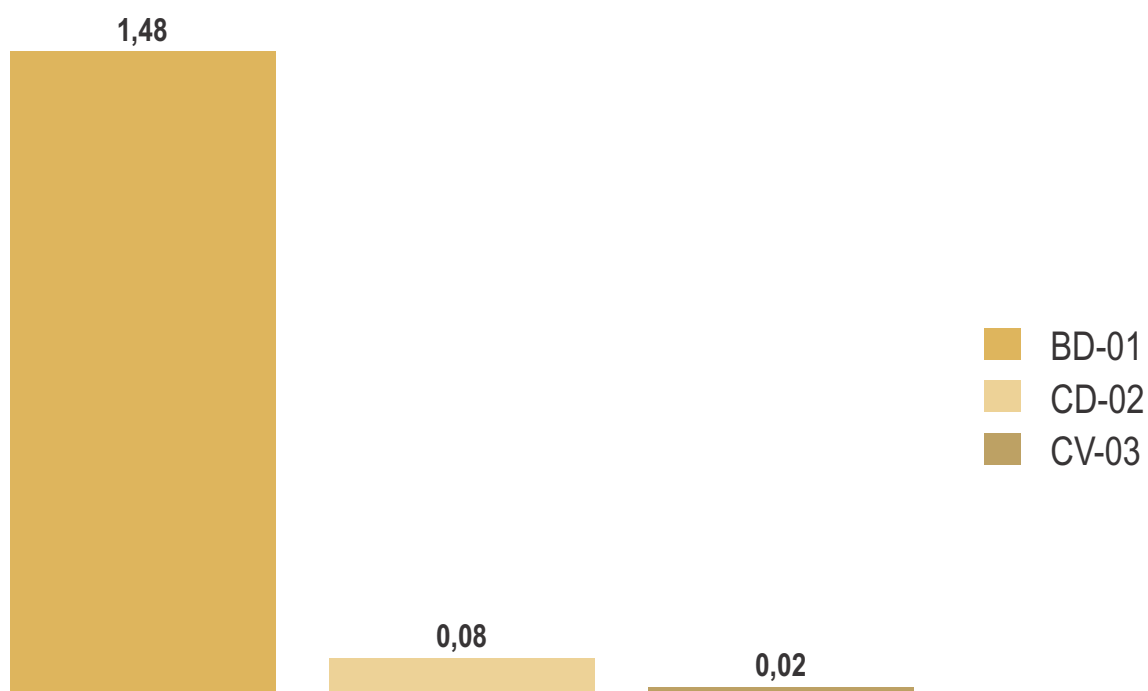


GRÁFICO 3 – Maturidade do Plano

Maturidade do Plano – Reserva de Benefícios Concedidos / Reserva de Benefícios a Conceder (Se o indicador for maior que 1, então o plano possui mais valores em reservas de Assistidos em relação a Ativos. Maior que 1, mais maduro o Plano. Somente o Plano BD-01 demonstra ser um plano maduro. Os Planos CD Metrô e CD-05 não possuem Benefícios Concedidos.

Solvência – Capacidade de Cobertura dos Planos

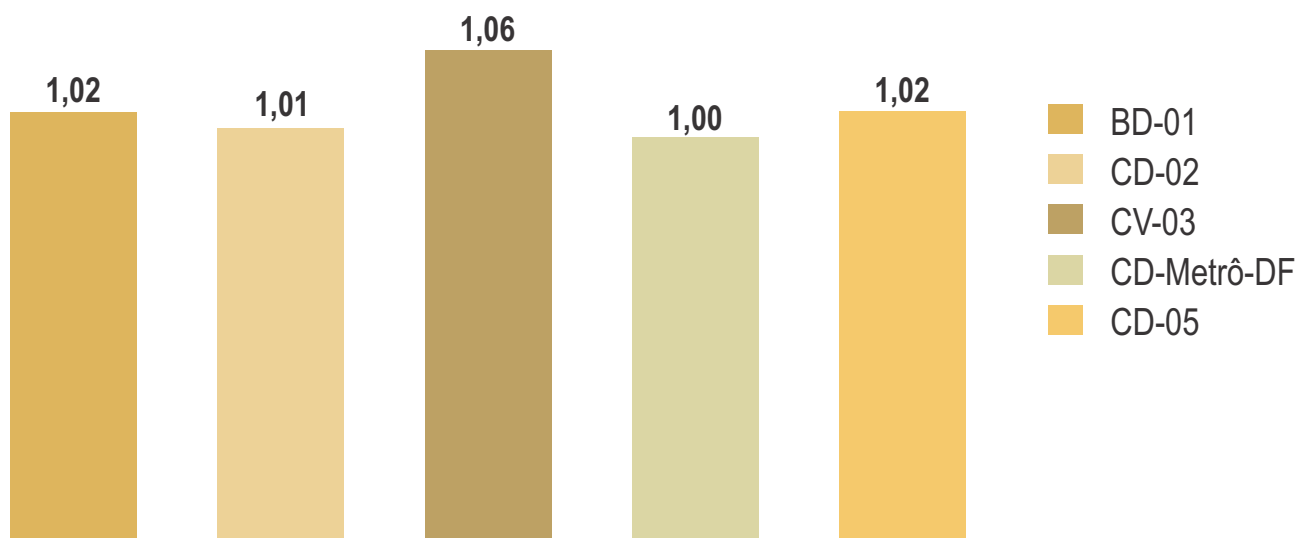


GRÁFICO 4 – Solvência – Capacidade de Cobertura

Solvência – Mede a capacidade do plano de benefícios para cobertura de suas obrigações com os participantes registradas como Provisões Matemáticas – Acima de 1, representa que o plano está solvente, indicando que os recursos garantidores são suficientes para cobrir os compromissos com seus participantes e assistidos. Esta situação é mensurada somente nos Planos de Benefícios BD-01 e CV-03, que por suas características apresentam risco atuarial.

Desempenho x Meta/Referencial dos Planos

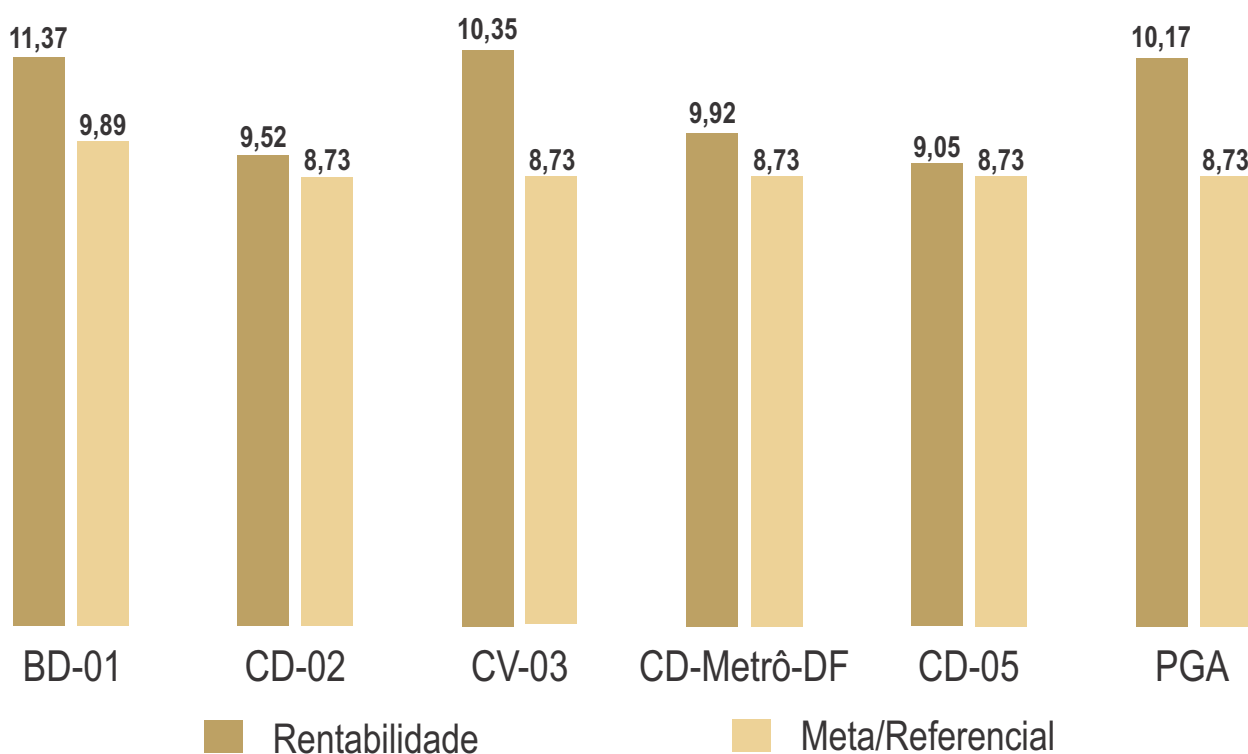


GRÁFICO 5 – Desempenho x Meta/Referencial dos Planos

Desempenho – Mede a rentabilidade alcançada no exercício frente a meta atuarial para o Plano BD-01 e a meta de rentabilidade definida nas políticas de investimentos para os demais planos. Conforme demonstrados todos os planos performaram acima de suas respectivas metas.

Custo Administrativo

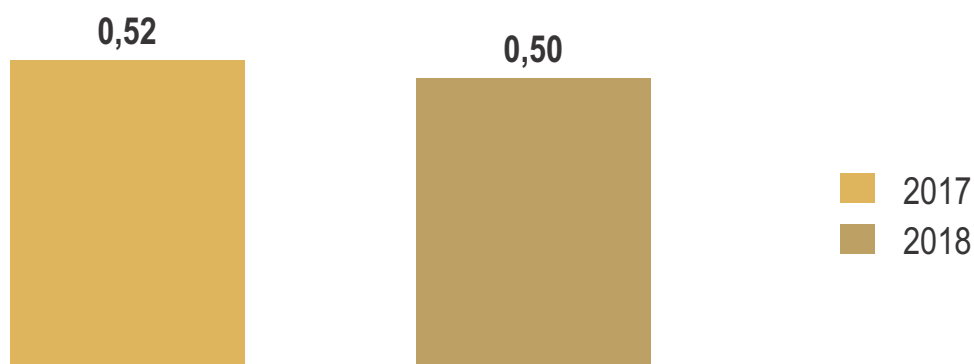


GRÁFICO 6 – Custo Administrativo – Variação entre 2017 e 2018

Custo Administrativo – Despesas Administrativas/Recursos Garantidores (sem o saldo do PGA). O indicador demonstra que o custo administrativo corresponde a 0,50% do total dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios. Observa-se uma redução nos custos administrativos na ordem de 3,85%.

Execução Orçamentária

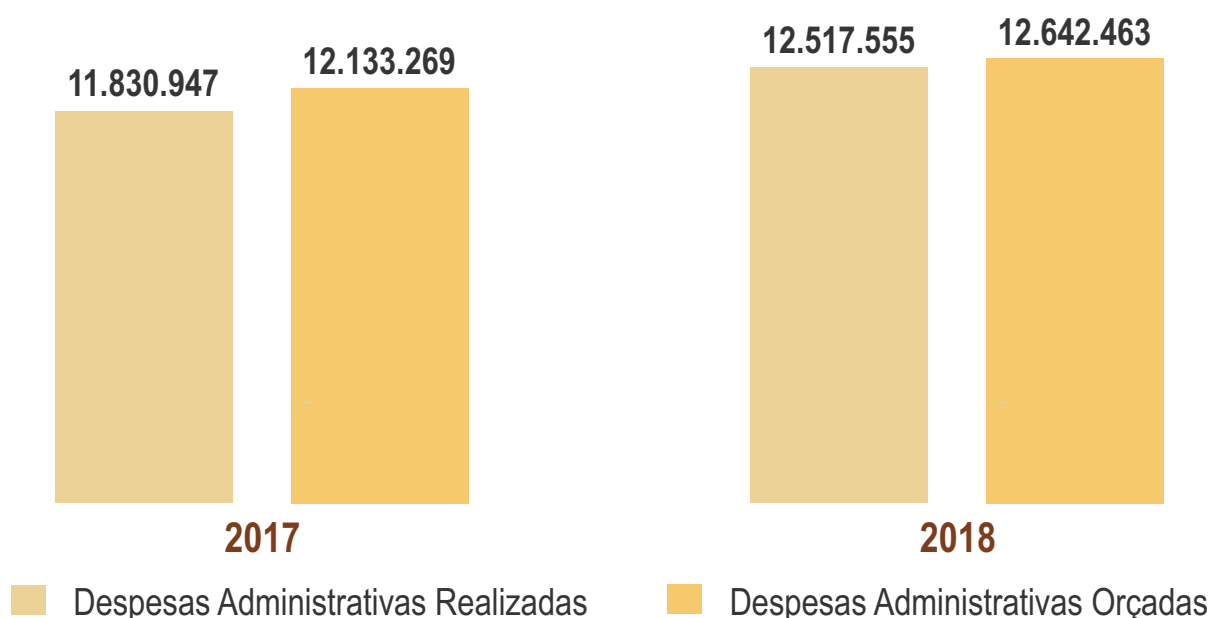


GRÁFICO 7 – Execução Orçamentária – Orçado/Realizado

Execução Orçamentária – Demonstra as Despesas Administrativas Realizadas e Despesas Administrativas Orçadas. O indicador demonstra que as despesas realizadas ficaram 0,99% abaixo das orçadas em 2018 e 2,59% em 2017.

4. Perfil Corporativo

4.1. A Entidade

A REGIUS é uma entidade fechada de previdência complementar instituída como Sociedade Civil sem fins lucrativos. Seu funcionamento foi aprovado pela Portaria nº 3.484, de 18/04/1985. Criada exclusivamente para administrar os planos de previdência instituídos no âmbito do Conglomerado BRB, tendo, posteriormente, o seu escopo expandido para o multipatrocínio.

Em 2018, a REGIUS administrou cinco Planos Previdenciários: o Plano de Benefício Definido BD-01, o Plano de Contribuição Definida CD-02, o Plano de Contribuição Variável CV-03 e o Plano de Contribuição Definida – Metrô-DF, Plano de Contribuição Definida – CD-05, além do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

4.2. Patrocinadoras dos Planos Administrados



4.3. Participantes

PLANO	PATROCINADORA	NÚMERO DE PARTICIPANTES E PENSIONISTAS			
		2017	2018	MÉDIA DE IDADE	
BD-01	BRB	1.839	1.833	Ativos	54 anos
	REGIUS			Assistidos	66 anos
CD-02	BRB	582	551	Ativos	55 anos
	REGIUS			Assistidos	58 anos
CV-03	BRB	2.299	2.247	Ativos	38 anos
	REGIUS			Assistidos	58 anos
	BRB CARD				
	SEGUROS BRB				
CD-Metrô-DF	METRÔ-DF	726	771	Ativos	41 anos
CD-05	SAÚDE BRB	170	196	Ativos	38 anos
	BRB				
	BRB CARD				
	SEGUROS BRB				
TOTAL DE PARTICIPANTES*		5.616	5.598	-	-

*No total de Participantes estão incluídos os 551 Participantes do Plano CD-02, que também fazem parte do Plano BD-01.

QUADRO 3 – Quantidade de Participantes por Plano

POPULAÇÃO	2017					2018				
	BD-01	CV-03	CD-02	CD-Metrô	CD-05	BD-01	CV-03	CD-02	CD-Metrô	CD-05
Ativos	691	2.280	513	726	170	654	2.224	482	771	196
Assistidos	1.020	19	69	-	-	1.040	23	69	-	-
Pensionistas	128	-	-	-	-	139	-	-	-	-
TOTAL	1.839	2.299	582	726	170	1.833	2.247	551	771	196

QUADRO 4 – Variação da Quantidade de Participantes 2017/2018

5. Gestão Previdencial

5.1. Receitas/Despesas Previdenciais no Ano

Há alguns anos o Plano BD-01 paga mais Benefícios do que recebe de contribuições. Em 2018, verificamos o aumento de 9,61% na rubrica de pagamento de Benefícios, crescimento compatível com o aumento do número de Participantes assistidos e pensionistas, que hoje representam 64,32% do total da população do Plano. O aumento de 2,62% na arrecadação está compatível com o custeio previdencial da massa de Participantes do Plano, sejam eles ativos ou assistidos, seguindo a recomendação do atuário responsável pelo Plano.

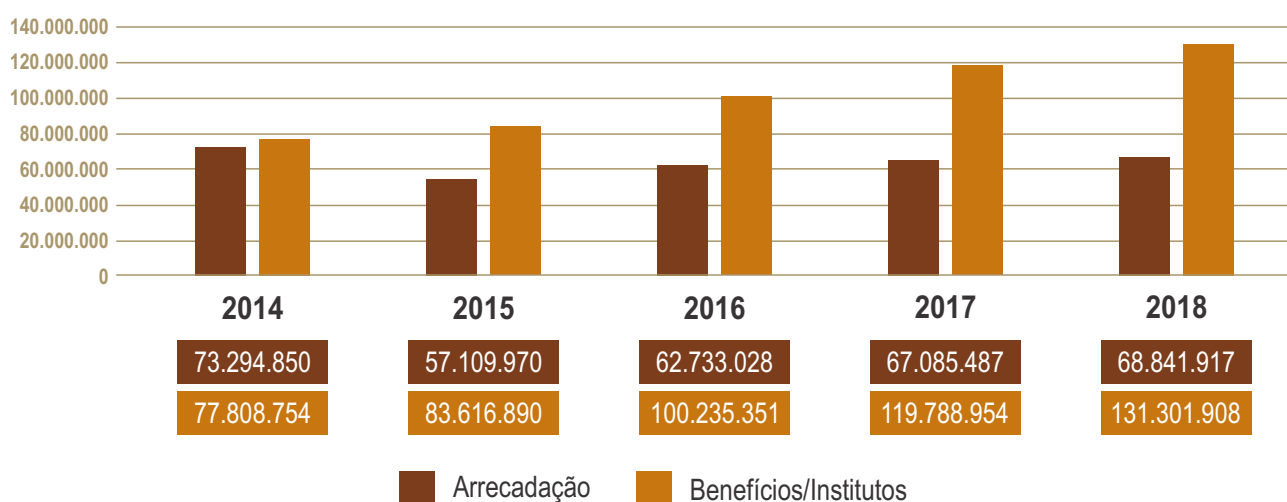


GRÁFICO 8 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano BD-01

Em 2018, a redução foi de 7,31% na arrecadação das contribuições ao Plano CD-02, movimento coerente com a redução do número de Participantes do Plano, dada a elevação do pagamento de Benefícios (concessões) e/ou opção pelo resgate, que em 2018 variou -2,16% no comparativo com o ano anterior.

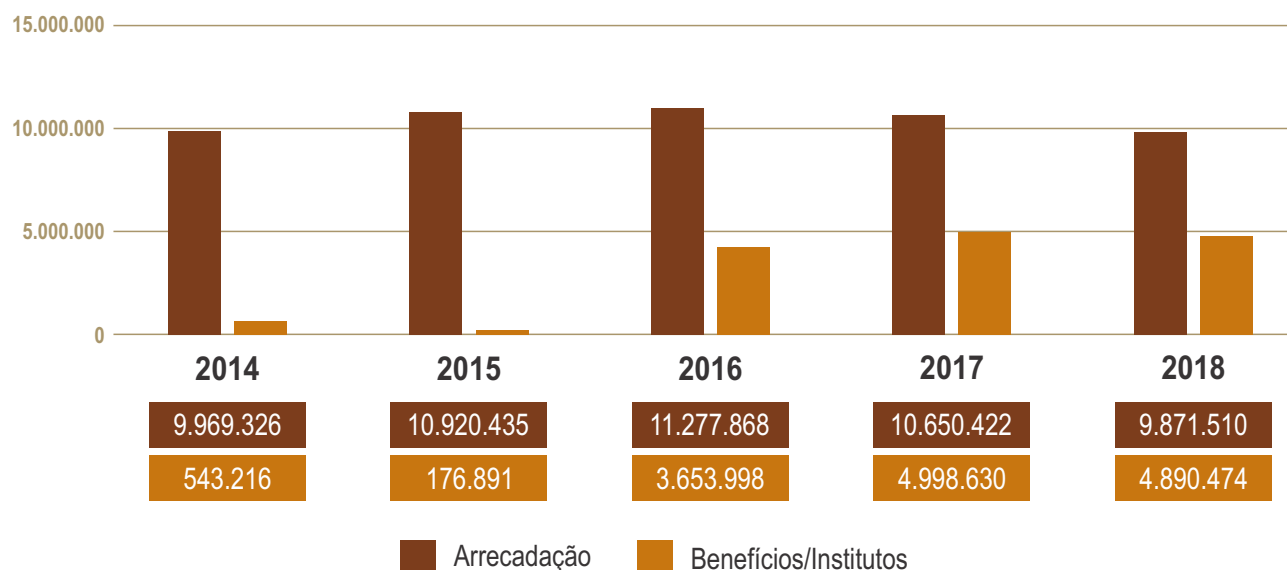


GRÁFICO 9 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano CD-02

Em 2018, houve elevação de 5,51% na arrecadação das contribuições ao Plano CV-03, decorrente da conscientização de Participantes em aumentar o seu Benefício futuro. Já o crescimento de 17,86% na saída de recursos do Plano está compatível com a movimentação da sua população, sobretudo aqueles que optaram pelo instituto do resgate.

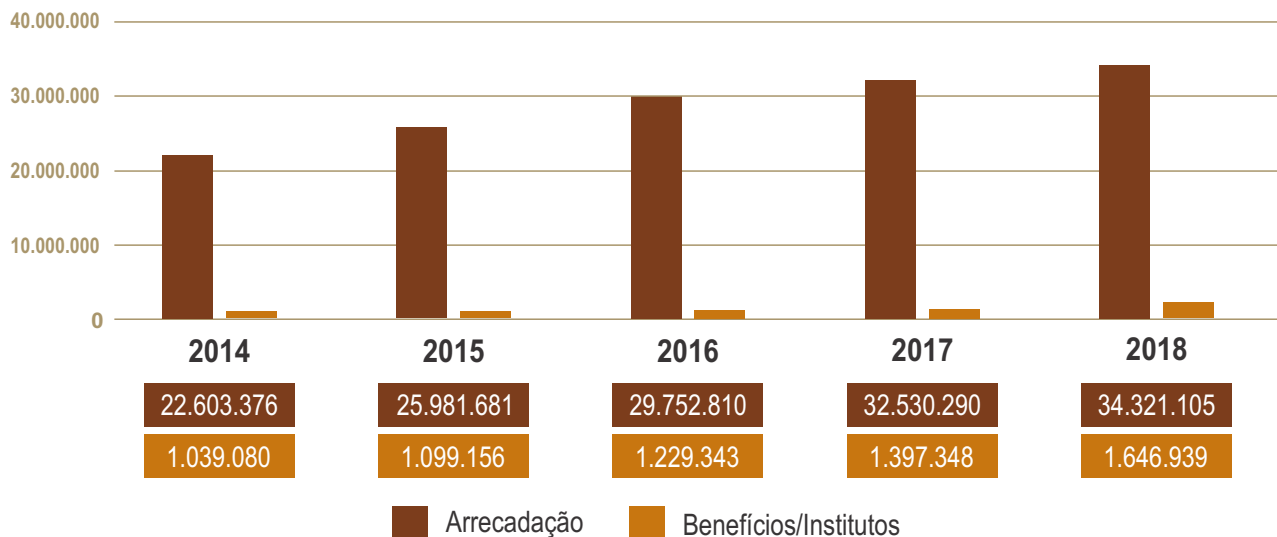


GRÁFICO 10 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano CV-03

Não obstante, os Participantes do Plano CD-Metrô-DF não terem obtido reajuste salarial em 2018, verifica-se a manutenção da trajetória de crescimento da arrecadação do Plano, fruto do trabalho desenvolvido pela Diretoria para a adesão de 56 novos Participantes, representando um crescimento de 8,4% dessa população.

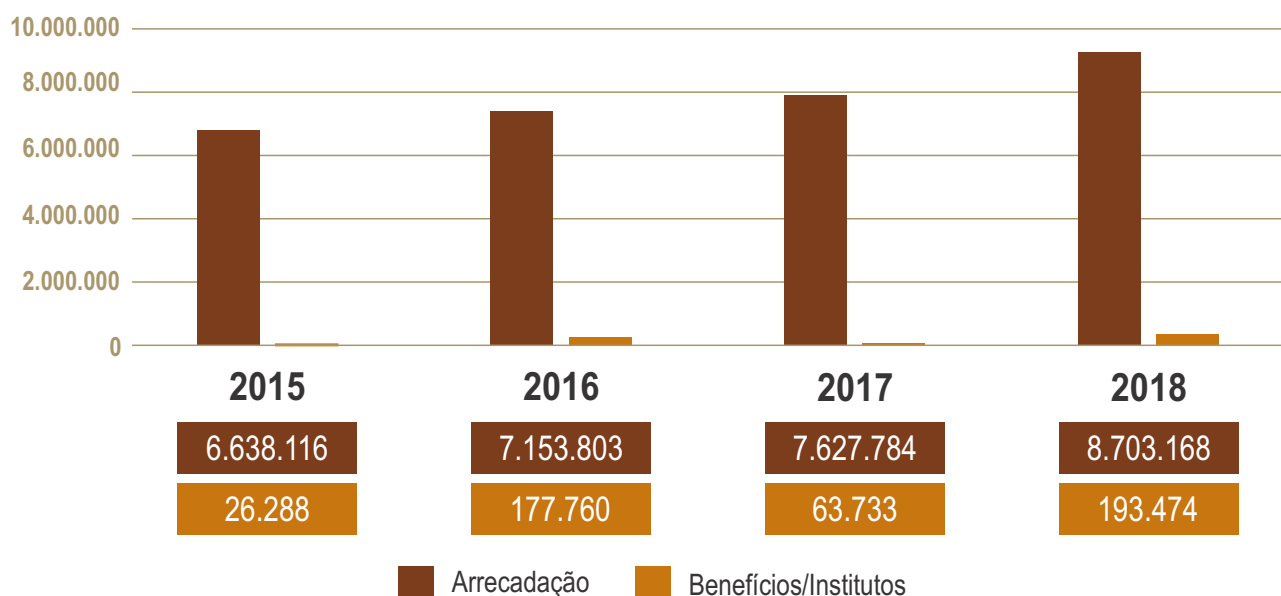


GRÁFICO 11 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano CD-Metrô-DF

Após autorizado pela Previc, o Plano CD-05 recebeu a sua primeira contribuição no dia 28/03/2017, representando um importante marco desse plano, cujo principal objetivo é oferecer para as suas patrocinadoras uma alternativa moderna de oferecimento de um Benefício de previdência complementar para os seus empregados sem qualquer possibilidade de risco atuarial, em virtude de sua característica de Contribuição Definida.

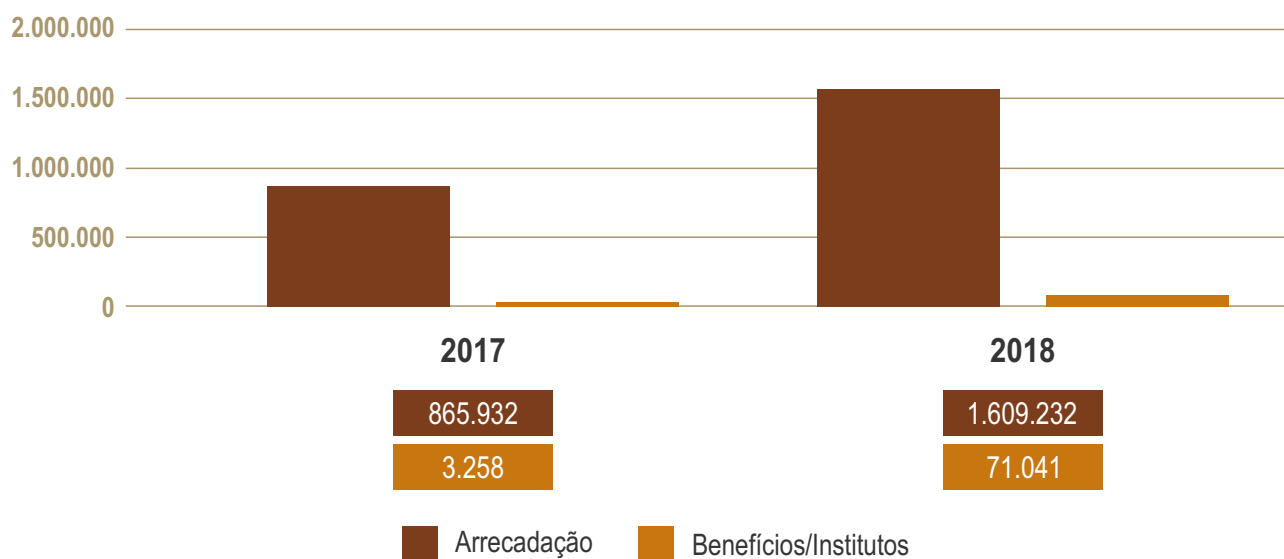


GRÁFICO 12 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano CD-05

5.2. Comportamento das Premissas Atuariais – Aderência aos Planos de Benefícios

As avaliações dos Planos de Benefícios da REGIUS são elaboradas anualmente, conforme determina a legislação em vigor, e submetidas à análise e acompanhamento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por meio do envio das Demonstrações Atuariais - DA.

Em 2018, foram realizados os estudos de aderência das premissas atuariais pela Atuarial – Consultoria Empresarial Ltda, com vistas a identificar os parâmetros mais adequados às características da massa de participantes dos Planos de Benefícios. Após esses estudos, verificou-se a necessidade de revisão de algumas hipóteses adotadas pelo Plano BD-01, notadamente as tábuas de mortalidade geral de válidos e inválidos, bem como a taxa de juros parâmetro. Para o Plano CV-03, verificou-se que todas as hipóteses encontram-se aderentes, motivo pelo qual foram mantidos os parâmetros aprovados em 2017.

As alterações de hipóteses do Plano BD-01 provocaram aumento nas suas provisões matemáticas, reduzindo em -52,8% o *superavit* do Plano. O equilíbrio técnico ajustado do Plano, que é aquele medido com o acréscimo do ajuste de Títulos Públicos Federais, regulamentado pela Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, permaneceu em patamares elevados, alcançando a marca de R\$ 175 milhões ao final do exercício de 2018.

Também foram realizados estudos de ALM - Asset Liability Management, ou Gestão de Ativos e Passivos, dos Planos de Benefícios BD-01, CV-03, CD-Metrô-DF e CD-05, objetivando definir a melhor estratégia de alocação dos investimentos frente ao fluxo futuro do pagamento dos benefícios. Por meio desse estudo validou-se o nível de solvência dos referidos planos e demonstrou-se a capacidade de pagamento futuro dos Benefícios.

5.3. Parâmetros Atuariais

PLANO BD-01

As alterações nas hipóteses atuariais e financeiras estão demonstradas no quadro a seguir:

HIPÓTESE	2018
Mortalidade geral (válidos)	AT-2000 por sexo, suavizada em 10%
Mortalidade de inválidos	RP-2000 <i>Disabled</i> por sexo, suavizada em 10%
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	0%
Taxa de juros	5,36% a.a.
Crescimento real dos salários	0%
Crescimento real dos Benefícios	0%
Indexador dos Benefícios	IPCA
Fator de capacidade	100%
Regime financeiro	Capitalização

QUADRO 5 – Premissas Atuariais – BD-01

PLANO CD-02

O Plano CD-02 tem como referência de rentabilidade o IPCA + 4,50% a.a. É um plano com característica financeira, sem compromisso atuarial, ou seja, parâmetros atuariais não se aplicam para este Plano.

PLANO CV-03

Não foram alteradas as hipóteses atuariais do Plano CV-03, permanecendo as mesmas adotadas em 2017.

Não verificou a necessidade de alteração nas hipóteses atuariais e financeiras.

HIPÓTESE	2018
Mortalidade geral (válidos)	AT-2000 por sexo red. em 10%
Mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	2,03% a.a.
Taxa de juros	-
Crescimento real dos salários	2,50% a.a.
Crescimento real dos Benefícios	0%
Indexador dos Benefícios	IPCA
Fator de capacidade	100%
Regime financeiro	Capitalização

QUADRO 6 – Premissas Atuariais – CV-03

O estudo das hipóteses atuariais do Plano CV-03 demonstrou aderência das tábuas atuariais atualmente utilizadas pelo Plano. Em 2018, foram feitas auditorias atuariais nos Planos com risco atuarial pela consultoria Mercer Human Resource, e verificou-se um excesso de provisão do **pecúlio por morte**, pois o mesmo não previa a dedução do saldo de conta do montante necessário para o pagamento do referido benefício. Com autorização do Conselho Deliberativo e manifestação favorável do Conselho Fiscal, optou-se por remanejar o excesso de provisão para o Fundo Garantidor de Riscos Previdenciais (FGRP), contribuindo para que essa conta alcançasse o valor de **R\$ 15,06 milhões** no final do exercício de 2018, reforçando assim

a solvência do Plano. Tal prática, de natureza prudencial, teve por objetivo proteger o Plano contra o risco de oscilações nas concessões do referido Benefício. Além disso, o bom desempenho dos investimentos em 2018 proporcionou ao plano alcançar um *superavit* de quase R\$ 3 milhões no exercício, fazendo com que fosse constituído **reserva especial** para a revisão do Plano, no valor de R\$ 830.971,91. Considerando os termos da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, permanecendo essa reserva especial por um período de 3 anos, o Plano CV-03 poderá rever benefícios ou reduzir contribuições, desde que atendidas algumas premissas estabelecidas na legislação de regência da previdência complementar.

PLANO CD-Metrô-DF

O Plano CD-Metrô-DF tem como referência de rentabilidade o IPCA + 4,50% a.a. É um Plano com característica financeira, sem compromisso atuarial, ou seja, parâmetros atuariais não se aplicam para este Plano.

PLANO CD-05

O Plano CD-05 tem como referência de rentabilidade o IPCA + 4,50% a.a. É um Plano com característica financeira, sem compromisso atuarial, ou seja, parâmetros atuariais não se aplicam para este Plano.

5.4. Resultado dos Planos de Benefícios

PLANO BD-01

RUBRICA	2017	2018
Ativo Total	1.989.349.187,18	2.137.322.981,83
Exigível Operacional	- 3.545.597,67	- 4.084.638,98
Exigível Contingencial	- 1.549.492,29	- 1.783.416,84
Fundos (Administrativo e Investimento)	- 57.745.657,48	- 62.261.601,51
Ativo Líquido do Plano	1.926.508.439,74	2.069.193.324,50
RUBRICA	2017	2018
Provisão Matemática de Benefício Concedido	1.159.594.984,84	1.296.228.534,50
Provisão Matemática de Benefício a Conceder	818.226.945,60	875.666.664,52
Provisão Matemática a Constituir	- 131.640.697,24	- 140.619.224,53
Provisão Matemática Total	1.846.181.233,20	2.031.275.974,49
RUBRICA	2017	2018
Ativo Líquido do Plano	1.926.508.439,74	2.069.193.324,50
Provisão Matemática Total	- 1.846.181.233,20	- 2.031.275.974,49
SUPERAVIT (RESERVA DE CONTINGÊNCIA)	80.327.206,54	37.917.350,01

QUADRO 7 – Resultado Atuarial – Plano BD-01

- Confrontando-se o ativo líquido do plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação é de um *superavit* atuarial de R\$ 37.917.350,01, que representa 1,87% das provisões matemáticas totais.
- Regime financeiro e método de acumulação são consistentes.

- As causas da variação do resultado podem ser atribuídas às alterações de hipóteses atuariais, incluindo a taxa de juros parâmetro, modificações cadastrais ocorridas no período e o desempenho patrimonial em 2018, cuja rentabilidade nominal foi de 11,37%, contra um crescimento das provisões matemáticas totais de 10% no mesmo período.
- Não houve alteração do Plano de custeio para 2018.
- Hipóteses atuariais em conformidade com a legislação.

PLANO CD-02

RUBRICA	2017	2018
Ativo Total	59.385.014,20	70.036.160,64
Exigível Operacional	- 133.272,68	- 155.296,87
Fundos (Administrativo e Investimento)	- 610.649,21	- 766.427,54
Ativo Líquido do Plano	58.641.092,31	69.114.436,23

RUBRICA	2017	2018
Provisão Matemática de Benefício Concedido	6.251.156,18	4.944.137,06
Provisão Matemática de Benefício a Conceder	52.156.167,05	63.886.296,21
Provisão Matemática Total	58.407.323,23	68.830.433,27

RUBRICA	2017	2018
Ativo Líquido do Plano	58.641.092,31	69.114.436,23
Provisão Matemática Total	- 58.407.323,23	- 68.830.433,27
Fundo Previdencial	- 233.769,08	- 284.002,96
RESULTADO ATUARIAL	0,00	0,00

QUADRO 8 – Resultado Atuarial – Plano CD-02

- Resultado atuarial não aplicável. O resultado do Plano é incorporado às cotas.
- Regime financeiro e método de acumulação consistentes.
- A redução verificada na provisão matemática de Benefícios concedidos deve-se ao esgotamento no pagamento dos Benefícios, onde a maioria dos participantes optam por receber as suas parcelas em até 12 meses, não obstante o regulamento do plano permitir o recebimento do Benefício em até 8 anos.
- Confrontando-se o ativo líquido do Plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de equilíbrio, sendo registrado um resultado nulo, por ser Plano de Contribuição Definida.
- Não houve alteração no plano de custeio para 2018.

PLANO CV-03

RUBRICA	2017	2018
Ativo Total	256.220.000,76	314.813.176,47
Exigível Operacional	- 309.846,94	- 295.782,00
Fundos (Administrativo e Investimento)	- 6.387.131,24	- 7.547.821,50
Ativo Líquido do Plano	249.523.022,58	306.969.572,97

RUBRICA	2017	2018
Provisão Matemática de Benefício Concedido	4.446.923,62	6.438.822,31
Provisão Matemática de Benefício a Conceder	233.464.774,27	282.505.203,85
Provisão Matemática Total	237.911.697,89	288.944.026,16
RUBRICA	2017	2018
Ativo Líquido do Plano	249.523.022,58	306.969.572,97
Provisão Matemática Total	- 237.911.697,89	- 288.944.026,16
Fundo Previdencial	- 9.674.729,61	- 15.065.183,49
SUPERAVIT (RESERVA DE CONTINGÊNCIA)	1.936.595,08	2.129.391,41
RESERVA ESPECIAL	-	830.971,91

QUADRO 9 – Resultado Atuarial – Plano CV-03

- Resultado atuarial equilibrado.
- Regime financeiro e método de acumulação consistentes.
- O resultado apresentado pelo plano de benefícios é consequência de fatores estruturais inerentes à modalidade do Plano de Benefícios.
- Manutenção do atual plano de custeio em 2018.
- Hipóteses atuariais em conformidade com a legislação.

PLANO CD-Metrô-DF

RUBRICA	2017	2018
Ativo Total	23.958.711,96	35.073.850,79
Exigível Operacional	- 45.101,70	- 43.905,75
Fundos (Administrativo e Investimento)	- 388.660,74	- 586.935,84
Ativo Líquido do Plano	23.524.949,52	34.443.009,20
RUBRICA	2017	2018
Provisão Matemática de Benefício Concedido	0,00	0,00
Provisão Matemática de Benefício a Conceder	23.445.401,58	34.319.391,47
Provisão Matemática Total	23.445.401,58	34.319.391,47
RUBRICA	2017	2018
Ativo Líquido do Plano	23.524.949,52	34.443.009,20
Provisão Matemática Total	- 23.445.401,58	- 34.319.391,47
Fundo Previdencial	- 79.547,94	- 123.617,73
RESULTADO ATUARIAL	0,00	0,00

QUADRO 10 – Resultado Atuarial – Plano CD-Metrô-DF

- Resultado atuarial não aplicável. O resultado do Plano é incorporado às cotas.
- Regime financeiro e método de acumulação consistentes.
- Confrontando-se o ativo líquido do Plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação é de equilíbrio, sendo registrado um resultado nulo, por ser Plano de Contribuição Definida.
- Manutenção do atual plano de custeio em 2018.

PLANO CD-05

RUBRICA	2017	2018
Ativo Total	879.148,50	2.545.238,71
Exigível Operacional	- 7.929,29	- 13.652,86
Fundos (Administrativo e Investimento)	- 32.243,27	- 86.739,49
Ativo Líquido do Plano	838.975,94	2.444.846,36
RUBRICA	2017	2018
Provisão Matemática de Benefício Concedido	0,00	0,00
Provisão Matemática de Benefício a Conceder	837.200,53	2.406.172,40
Provisão Matemática Total	837.200,53	2.406.172,40
RUBRICA	2017	2018
Ativo Líquido do Plano	838.975,94	2.444.846,36
Provisão Matemática Total	- 837.200,53	- 2.406.172,40
Fundo Previdencial	- 1.775,41	- 38.673,96
RESULTADO ATUARIAL	0,00	0,00

QUADRO 11 – Resultado Atuarial – Plano CD-05

- Resultado atuarial não aplicável. O resultado do Plano é incorporado às cotas.
- Regime financeiro e método de acumulação consistentes.
- Confrontando-se o ativo líquido do Plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação é de equilíbrio, sendo registrado um resultado nulo, por ser Plano de Contribuição Definida.
- Manutenção do atual plano de custeio em 2018.

5.5. Demonstrações Atuariais



PLANO BD-01

Para visualizar as Demonstrações Atuariais do Plano BD-01, [clique aqui](#).



PLANO CV-03

Para visualizar as Demonstrações Atuariais do Plano CV-03, [clique aqui](#).

6. Gestão dos Investimentos

6.1. Estratégias de Investimentos

O ano de 2018 foi marcado por volatilidade no mercado financeiro, com destaques para eventos como a greve dos caminhoneiros no mês de maio, eleições presidenciais e expectativas de aprovação da reforma da previdência. Estes fatores impactaram a inflação, elevando-a, com atividade econômica fraca. O Produto Interno Bruto, calculado pelo IBGE, no acumulado do ano, teve um crescimento de 1,1% em relação a igual período de 2017. Os indicadores econômicos, em 2018, ficaram aquém das expectativas do mercado inicialmente previstas. Tal fato deveu-se também à volatilidade do ambiente internacional, movimento que ficou refletido, principalmente, no mercado de câmbio brasileiro.

A inflação em 2018, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 3,75%, mostrando crescimento de 0,8 pp em relação à inflação apurada em 2017 (2,95%). Em junho, o IPCA apresentou uma variação dissociada dos demais meses com crescimento de 1,26%, devido à greve dos caminhoneiros, a qual causou uma crise de abastecimento de alimentos e combustíveis, resultando na elevação dos preços desses grupos.

Com a contínua desaceleração das expectativas para a inflação e a recessão econômica, o Banco Central, por meio do Comitê de Política Monetária (COPOM), manteve a política de redução da taxa básica de juros. A Selic, que fechou 2017 ao patamar de 7,00%, teve nova redução para 6,75%, na reunião do COPOM nº 212 em fevereiro de 2018, e outra para 6,50% na reunião do COPOM nº 213 de março de 2018, mantendo essa taxa ao longo do exercício de 2018.

O mercado de câmbio iniciou 2018 com expectativa de queda, mas ganhou força ao longo do ano em virtude das incertezas no ambiente econômico e político. Em setembro, a divisa norte-americana atingiu o patamar de R\$ 4,19, cotação máxima do ano, mesmo com as intervenções do Banco Central, por meio de swaps cambiais. O dólar conteve sua valorização somente após a definição do quadro político, encerrando o ano valendo R\$ 3,87, com uma valorização acumulada de 16,94%.

O segmento de renda variável, embora tenha revelado alta volatilidade durante o decorrer do ano, apresentou significativo retorno aos investidores. O Ibovespa, principal índice de ações da bolsa brasileira, encerrou 2018 com alta de 15%.

Plano de Benefício Definido - BD-01

Sobre o desempenho das carteiras dos planos administrados pela REGIUS, os investimentos do Plano BD-01 superaram a meta atuarial (IPCA + 5,61%) com ganhos equivalentes a IPCA+6,81%. As alocações em Ações, Renda Fixa, Imóveis e Empréstimos, registraram valorização acima da meta e garantiram o equilíbrio técnico do Plano. As principais contribuições para o resultado em 2018 vieram da Bolsa de Valores. A rentabilidade do segmento de Renda Variável foi de 26,6% no ano. No segmento de Renda Fixa, composta por 10,67% de crédito privado e 74,36% de títulos públicos, a rentabilidade auferida foi 10,72% no período. A carteira do Plano BD-01 registrou valorização de 11,37% em 2018, o que correspondente a 115,08% da meta atuarial.

Plano de Contribuição Definida - CD-02

O Plano CD-02 superou a meta de rentabilidade em 2018. Suas alocações estão quase em Títulos Públicos Federais e têm em sua carteira os investimentos considerados com menor risco. A rentabilidade do CD-02 foi de 9,52% no ano, representando 109% da meta.

Plano de Contribuição Variável - CV-03

Sobre o Plano CV-03, o segmento de Renda Variável teve rentabilidade de 15,97%. A principal contribuição positiva para o resultado foi o desempenho das empresas do setor elétrico, financeiro, Petrobras e Vale. Os títulos de Renda Fixa também registraram boa rentabilidade e acumularam no ano ganhos acima da meta. O CV-03 fechou o ano de 2018 com a rentabilidade acumulada de 10,35%, contra a meta de 8,73%, o que representa um resultado de 118,6% do índice de referência.

Plano de Contribuição Definida - CD-Metrô-DF

O CD-Metrô-DF fechou o ano com a rentabilidade acumulada de 9,92%, superando a meta do Plano de 8,73%, apesar dos desafios econômicos que marcaram 2018. O Plano rendeu 113,63% do índice de referência.

Plano de Contribuição Definida - CD-05

O Plano CD-05 encerrou o ano de 2018 com a rentabilidade acumulada de 9,05%, superando a meta de rentabilidade, que ficou em 8,73%. As alocações do Plano foram feitas exclusivamente em Títulos Públicos Federais, considerando a estratégia de baixo risco definida para a fase de formação de portfólio. Com o crescimento, novas estratégias vêm sendo estudadas o que tende a agregar mais rentabilidade ao Plano no próximo ano. O CD-05 teve rentabilidade de 103,67% da meta atuarial.

Plano de Gestão Administrativa - PGA

A carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa superou o índice de referência em 2018. O portfólio é composto somente por investimentos em Renda Fixa e todos os ativos registraram valorização acima da meta de rentabilidade. No acumulado de 2018, a rentabilidade foi de 10,17%, atingindo 116,5% do índice de referência.

O quadro econômico para 2019 aponta para um cenário externo menos favorável nos próximos anos, sobretudo para os países emergentes. O primeiro fator está relacionado à gradativa retirada de estímulos monetários nas economias avançadas, o que têm contribuído para o fortalecimento do dólar nos últimos anos. Ainda que de maneira mais lenta, outros bancos centrais também já iniciaram o processo de redução dos estímulos, como Canadá e Reino Unido, além do Banco Central Europeu que sinalizou o início da elevação da taxa de juros e enxugamento da liquidez para 2019.

Outro fator que deve movimentar o cenário internacional e enfraquecer a economia norte-americana refere-se à diluição do estímulo fiscal motivado pelo corte de impostos promovido no início de 2018 pelo governo Trump. Tal perspectiva descende da estimativa de redução do crescimento do PIB em 2019 e 2020, com base no aumento do passivo decorrente da política tributária de Trump, que tende a limitar os graus de liberdade da política fiscal para responder a uma desaceleração da economia.

Para a economia brasileira, a expectativa positiva para o próximo ano está condicionada à aprovação de pelo menos parte das reformas estruturais e da credibilidade da política econômica adotada pelo novo governo

que será medida pela disposição e apoio para avançar com os ajustes necessários ao reequilíbrio das contas públicas.

Para as EFPCs em um ano em que as discussões em torno da reestruturação da Previdência Social estarão em evidência e exigindo um consequente aperfeiçoamento do sistema de Previdência Complementar o desafio da REGIUS consistirá em aprimorar sua Governança e permanecer com resultados acima das metas atuariais em um cenário de transição de governo e patamar de juros na mínima histórica.

6.2. Quadro Resumo da Política de Investimentos

PLANO BD-01				
SEGMENTO	Política de Investimentos 2018		Resolução 4.661	Alocação Plano
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	Limite (%)	%
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00	87,76
Renda Variável	0,00	7,00	70,00	3,52
Estruturados	0,00	5,50	20,00	0,02
Imobiliário	0,00	10,00	20,00	6,85
Exterior	0,00	0,50	10,00	-
Empréstimo	0,00	5,00	15,00	1,87
Disponibilidades/Outros	-	-	-	-0,02

PLANO CD-02				
SEGMENTO	Política de Investimentos 2018		Resolução 4.661	Alocação Plano
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	Limite (%)	%
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00	100,00
Renda Variável	0,00	1,00	70,00	-
Imobiliário	0,00	1,00	20,00	-
Disponibilidades	-	-	-	-

PLANO CV-03				
SEGMENTO	Política de Investimentos 2018		Resolução 4.661	Alocação Plano
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	Limite (%)	%
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00	91,81
Renda Variável	0,00	10,00	70,00	2,27
Estruturado	0,00	8,00	20,00	-
Imobiliário	0,00	3,00	20,00	0,59
Exterior	0,00	0,50	10,00	-
Imobiliário	0,00	12,00	15,00	5,32
Exterior	-	-	-	0,01

PLANO CD-Metrô-DF				
SEGMENTO	Política de Investimentos 2018		Resolução 4.661	Alocação Plano
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	Limite (%)	%
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00	97,91
Renda Variável	0,00	10,00	70,00	-
Estruturado	0,00	6,00	20,00	-
Imobiliário	0,00	6,00	20,00	0,94
Empréstimos	0,00	12,00	15,00	0,22
Disponibilidades	-	-	-	0,93

PLANO CD-05				
SEGMENTO	Política de Investimentos 2018		Resolução 4.661	Alocação Plano
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	Limite (%)	%
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00	99,72
Renda Variável	0,00	12,00	70,00	-
Estruturado	0,00	10,00	20,00	-
Imobiliário	0,00	10,00	20,00	-
Disponibilidades	-	-	-	0,28

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA				
SEGMENTO	Política de Investimentos 2018		Resolução 4.661	Alocação Plano
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	Limite (%)	%
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00	99,38
Renda Variável	0,00	1,00	70,00	-
Imobiliário	0,00	1,00	20,00	0,60
Disponibilidades	-	-	-	0,02

QUADRO 12 – Resumo da Política de Investimentos dos Planos de Benefícios

6.3. Rentabilidade – Dezembro/2018

PLANO BD-01			
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - %			
SEGMENTO	NO MÊS	NO ANO	ACUMULADA 12 MESES
Renda Fixa	0,43	10,72	10,72
Renda Variável	-4,74	26,62	26,62
Imobiliário	3,63	10,59	10,59
Estruturados	-0,98	-4,76	-4,76
Empréstimos	1,14	15,43	15,43
Rentabilidade do Plano BD-01	0,46	11,37	11,37
Meta Atuarial	0,24	9,89	9,89

PLANO CD-02			
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - %			
SEGMENTO	NO MÊS	NO ANO	ACUMULADA 12 MESES
Títulos Públicos	0,42	9,74	9,74
Títulos Privados	-	-	-
Fundos de Investimentos	0,58	5,54	5,54
Rentabilidade do Plano CD-02	0,43	9,52	9,52
Referencial – (IPCA +4,50% a.a.)	0,16	8,73	8,73

PLANO CV-03			
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - %			
SEGMENTO	NO MÊS	NO ANO	ACUMULADA 12 MESES
Renda Fixa	0,37	9,94	9,94
Renda Variável	-3,20	15,97	15,97
Imobiliário	-10,52	-16,70	-16,70
Estruturados	-	2,48	2,48
Empréstimos	1,25	16,91	16,91
Rentabilidade do Plano CV-03	0,31	10,35	10,35
Referencial – (IPCA +4,50% a.a.)	0,16	8,73	8,73

PLANO CD-Metrô-DF			
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - %			
SEGMENTO	NO MÊS	NO ANO	ACUMULADA 12 MESES
Títulos Públicos	0,54	10,07	10,07
Títulos Privados	-	-	-
Fundos de Investimentos	0,84	7,77	7,77
Empréstimos	1,39	17,90	17,90
Rentabilidade do Plano CD-Metrô-DF	0,56	9,92	9,92
Referencial – (IPCA +4,50% a.a.)	0,16	8,73	8,73

PLANO CD-05			
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - %			
SEGMENTO	NO MÊS	NO ANO	ACUMULADA 12 MESES
Títulos Públicos	0,59	9,63	9,63
Títulos Privados	-	-	-
Fundos de Investimentos	0,48	6,02	6,02
Rentabilidade do Plano CD-05	0,57	9,05	9,05
Referencial – (IPCA +4,50% a.a.)	0,16	8,73	8,73

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA			
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - %			
SEGMENTO	NO MÊS	NO ANO	ACUMULADA 12 MESES
Títulos Públicos	0,36	10,16	10,16
Títulos Privados	0,79	11,73	11,73
Fundos de Investimentos	0,84	7,79	7,79
Rentabilidade do PGA	0,43	10,17	10,17
Referencial – (IPCA +4,50% a.a.)	0,16	8,73	8,73

QUADRO 13 – Rentabilidade Dezembro/2018

6.4. Demonstrativo de Investimentos – Dezembro/2018

PLANO BD-01		
Descrição	Valor	%
RECURSOS TOTAIS	2.077.618.335	100,00
Disponível	3.889	0,00
Renda Fixa	1.830.395.601	88,10
<i>Títulos Públicos</i>	1.544.934.306	74,36
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	48.621.328	2,34
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.495.105.371	71,96
Notas do Tesouro Nacional - Série C	1.207.607	0,06
<i>Títulos Privados</i>	221.828.455	10,68
CDB	2.021.215	0,10
Banco Panamericano S/A	2.021.215	0,10
LFS	219.807.240	10,58
Banco do Estado de Sergipe S/A - Banese	13.865.644	0,67
BRB - Banco de Brasília S/A	205.941.595	9,91
<i>Fundos de Investimentos</i>	63.632.840	3,06
Renda Fixa	63.632.840	3,06
Bradesco Fundo Invest. Renda Fixa Referenciado DI Federal Extra	13.811.761	0,66
Safra Capital Market Premium Fundo de Invest. em Cotas de Fundos de Invest. Renda Fixa Ref. DI - Crédito Privado	265.464	0,01
Vinci Fundo de Invest. Renda Fixa Imobiliário - Crédito Privado	16.436.894	0,79
Votorantim Fundo de Invest. Soberano Renda Fixa Referenciado DI	33.118.721	1,59
Valores a Receber / a Pagar	-	-

Renda Variável	73.085.214	3,52
Mercado à Vista	71.846.531	3,46
Ambev S/A - ABEV ON	2.379.286	0,11
Banco Bradesco S/A - BBDC PN	2.589.550	0,12
CCR S/A - CCRO ON	1.103.200	0,05
Cia Energética Minas Gerais Cemig - CMIG PN	3.450.558	0,17
Cia Paranaense Energia Copel - CPLE PNB	3.855.410	0,19
Cia Siderúrgica Nacional - CSNA ON	1.003.755	0,05
Cielo S/A - CIEL ON	727.131	0,03
Engie Brasil Energia S/A - EGIE ON	610.870	0,03
Gerdau S/A - GGBR PN	2.223.000	0,11
Itaú Unibanco Holding S/A - ITUB PN	8.520.000	0,41
Petróleo Brasileiro S/A Petrobras - PETR PN	30.731.400	1,48
Terminais Portuários Ponta Felix S/A - TPPF ON	66.371	0,00
Vale S/A - VALE ON	14.586.000	0,70
Valores a Receber / a Pagar	1.238.683	0,06
Estruturado	469.627	0,02
Fundos de Investimentos	469.627	0,02
Participações	469.627	0,02
Multiner Fundo de Investimento em Participações	469.627	0,02
Valores a Receber / a Pagar	-	-
Imobiliário	135.152.348	6,51
Fundos de Investimentos	5.504.983	0,26
Fundo Imobiliário	5.504.983	0,26
Fundo de Investimento Imobiliário - FII Sia Corporate	5.504.983	0,26
Imóveis	129.645.662	6,24
Locados ao Patrocinador	30.382.673	1,46
Trade Center BSB	17.060.832	0,82
Setor de Indústria e Abastecimento	11.448.568	0,55
Setor de Indústrias e Gráficas	1.873.273	0,09
Locados a Terceiros	5.925.889	0,29
SGAS 902 Ed. Athenas (Sala 202)	4.783.370	0,23
SGAS 902 Ed. Athenas (Vagas de Garagem)	411.589	0,02
SGAS 902 Ed. Athenas (Salas/Lojas)	730.930	0,04
Shopping Center	93.337.100	4,49
Conjunto Nacional de Brasília	48.671.100	2,34
Liberty Mall	44.666.000	2,15
Valores a Receber / a Pagar	1.703	0,00
Empréstimos	38.951.558	1,87
Empréstimo Pessoal	39.228.521	1,89
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	-271.689	-0,01
Valores a Receber / a Pagar	-5.274	-0,00
Depósitos Judiciais/Recurais	-439.903	-0,02
Depósitos	307.103	0,01
(-) Provisão	-747.005	-0,04

QUADRO 14 – Demonstrativo de Investimentos Plano BD-01 – Dezembro/2018

PLANO CD-02		
Descrição	Valor	%
RECURSOS TOTAIS	69.269.232	100,00
Disponível	2.838	0,00
Renda Fixa	69.266.395	99,96
<i>Títulos Públicos</i>	63.681.125	91,93
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	8.311.532	12,00
Notas do Tesouro Nacional - Série B	55.369.592	79,93
<i>Fundos de Investimentos</i>	5.585.270	8,06
Renda Fixa	5.585.270	8,06
Bradesco Fundo Invest. Renda Fixa Referenciado DI Federal Extra	3.080.212	4,45
Itaú Renda Fixa Pré Fixado Longo Prazo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	418.320	0,60
Safrá Capital Market Premium Fundo de Invest. em Cotas de Fundos de Invest. Renda Fixa Ref. DI - Crédito Privado	1.689.004	2,44
Votorantim Fundo de Invest. Soberano Renda Fixa Referenciado DI	397.737	0,57
Valores a Receber / a Pagar	-	-

QUADRO 15 – Demonstrativo de Investimentos Plano CD-02 – Dezembro/2018

PLANO CV-03		
Descrição	Valor	%
RECURSOS TOTAIS	307.601.561	100,00
Disponível	26.771	0,00
Renda Fixa	283.626.176	92,21
<i>Títulos Públicos</i>	252.965.774	82,24
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	1.569.498	0,51
Notas do Tesouro Nacional - Série B	251.396.276	81,73
<i>Títulos Privados</i>	20.780.743	6,76
LFS	20.780.743	6,76
Banco do Estado de Sergipe S/A - Banese	5.942.419	1,93
BRB - Banco de Brasília S/A	14.838.324	4,82
<i>Fundos de Investimentos</i>	9.879.660	3,21
Renda Fixa	9.879.660	3,21
Bradesco Fundo Invest. Renda Fixa Referenciado DI Federal Extra	6.003.860	1,95
Vinci Fundo de Invest. Renda Fixa Imobiliário - Crédito Privado	2.779.128	0,90
Votorantim Fundo de Invest. Soberano Renda Fixa Referenciado DI	1.096.672	0,36
Valores a Receber / a Pagar	-	-
Renda Variável	6.968.300	2,27
Mercado à Vista	6.896.421	2,24
Ambev S/A - ABEV ON	709.018	0,23
Banco Bradesco S/A - BBDC PN	879.210	0,29
Cia Energética Minas Gerais Cemig - CMIG PN	118.600	0,04
Cia Paranaense Energia Copel - CPLE PNB	339.105	0,11
Cielo S/A - CIEL ON	178.582	0,06
CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S/A - CVCB ON	477.204	0,16
Itaú Unibanco Holding S/A - ITUB PN	1.262.274	0,41
Petróleo Brasileiro S/A Petrobras - PETR PN	1.265.544	0,41
Vale S/A - VALE ON	1.666.884	0,54
Valores a Receber / a Pagar	71.879	0,02

Imobiliário	611.665	0,20
Fundos de Investimentos	611.665	0,20
Fundo Imobiliário	611.665	0,20
Fundo de Investimento Imobiliário - FII Sia Corporate	611.665	0,20
Valores a Receber / a Pagar	-	-
Empréstimos	16.368.649	5,32
Empréstimo Pessoal	16.632.976	5,41
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	-260.472	-0,08
Valores a Receber / a Pagar	-3.855	-0,00

QUADRO 16 – Demonstrativo de Investimentos Plano CV-03 – Dezembro/2018

PLANO CD-Metrô-DF		
Descrição	Valor	%
RECURSOS TOTAIS	34.489.075	100,00
Disponível	322.157	0,93
Renda Fixa	34.090.723	98,84
Títulos Públicos	31.873.535	92,42
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	671.249	1,95
Notas do Tesouro Nacional - Série B	31.202.287	90,47
Fundos de Investimentos	2.217.187	6,43
Renda Fixa	2.217.187	6,43
Bradesco Fundo Invest. Renda Fixa Referenciado DI Federal Extra	737.572	2,14
Vinci Fundo de Invest. Renda Fixa Imobiliário - Crédito Privado	741.101	2,15
Votorantim Fundo de Invest. Soberano Renda Fixa Referenciado DI	738.514	2,14
Valores a Receber / a Pagar	-	-
Empréstimos	76.195	0,22
Empréstimo Pessoal	82.897	0,24
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	-6.701	-0,02
Valores a Receber / a Pagar	0	0,00

QUADRO 17 – Demonstrativo de Investimentos Plano CD-Metrô-DF – Dezembro/2018

PLANO CD-05		
Descrição	Valor	%
RECURSOS TOTAIS	2.458.499	100,00
Disponível	6.929	0,28
Renda Fixa	2.451.570	99,72
Títulos Públicos	2.077.033	84,48
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	78.959	3,21
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.998.075	81,27
Fundos de Investimentos	374.536	15,23
Renda Fixa	374.536	15,23
Bradesco Fundo Invest. Renda Fixa Referenciado DI Federal Extra	199.242	8,10
Votorantim Fundo de Invest. Soberano Renda Fixa Referenciado DI	175.294	7,13
Valores a Receber / a Pagar	-	-

QUADRO 18 – Demonstrativo de Investimentos Plano CD-05 – Dezembro/2018

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA		
Descrição	Valor	%
RECURSOS TOTAIS	67.193.109	100,00
Disponível	15.181	0,02
Renda Fixa	67.177.928	99,98
<i>Títulos Públicos</i>	56.801.158	84,53
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	4.935.652	7,35
Notas do Tesouro Nacional - Série B	50.939.899	75,81
Notas do Tesouro Nacional - Série F	925.607	1,38
<i>Títulos Privados</i>	6.686.844	9,95
LFS	6.686.844	9,95
BRB - Banco de Brasília	6.686.844	9,95
<i>Fundos de Investimentos</i>	3.689.926	5,49
Renda Fixa	3.689.926	5,49
Bradesco Fundo Invest. Renda Fixa Referenciado DI Federal Extra	1.012.353	1,51
BRB Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo IMA-B	345.959	0,51
Safra Capital Market Premium Fundo de Invest. em Cotas de Fundos de Invest. Renda Fixa Ref. DI - Crédito Privado	14.538	0,02
Vinci Fundo de Invest. Renda Fixa Imobiliário - Crédito Privado	926.376	1,38
Votorantim Fundo de Invest. Soberano Renda Fixa Referenciado DI	1.390.700	2,07
Valores a Receber / a Pagar	-	-

QUADRO 19 – Demonstrativo de Investimentos PGA – Dezembro/2018

7. Gestão Administrativa

Os recursos necessários à cobertura das despesas com a administração da REGIUS são repassados ao Plano de Gestão Administrativa - PGA pelos planos de benefícios, por meio de percentual aplicado mensalmente sobre as contribuições vertidas pelos participantes, assistidos e patrocinadores, pelo rateio das despesas realizadas com o investimento dos recursos dos Planos e pela rentabilidade obtida nas aplicações dos recursos do próprio PGA.

7.1. Custos com a Administração de Recursos

Despesas com a gestão previdencial

GESTÃO PRÓPRIA	PLANO BD-01	PLANO CD-02	PLANO CV-03	PLANO CD-Metrô-DF	PLANO CD-05	TOTAIS
Pessoal e Encargos	2.266.315,90	154.899,43	740.864,57	83.929,87	0,00	3.246.009,77
Treinamentos/Viagens	34.439,58	2.414,64	11.548,84	1.308,33	0,00	49.711,39
Serviços de Terceiros (Consultorias, Contratos, etc.)	376.971,38	24.743,69	127.329,31	17.080,84	5.861,17	551.986,39
Outras Despesas (Consumo, Depreciação, TAFIC etc.)	344.417,16	22.046,30	105.725,34	11.783,38	18,45	483.990,63
Contingências (PIS e COFINS)	110.990,76	9.790,87	68.619,88	11.753,52	2.753,77	203.908,80
TOTAIS	3.133.134,78	213.894,93	1.054.087,94	125.855,94	8.633,39	4.535.606,98

QUADRO 20 – Despesa com a Gestão Previdencial

Despesas com a gestão de investimentos

GESTÃO PRÓPRIA	PLANO BD-01	PLANO CD-02	PLANO CV-03	PLANO CD-Metrô-DF	PLANO CD-05	TOTAIS
Pessoal e Encargos	4.639.568,22	36.980,44	402.653,42	21.648,01	0,00	5.100.850,09
Treinamentos/Viagens	84.012,12	672,04	7.326,35	395,40	0,00	92.405,91
Serviços de Terceiros (Consultorias, Contratos, etc.)	1.329.027,18	14.626,03	105.891,63	11.614,47	9.581,70	1.470.741,01
Outras Despesas (Consumo, Depreciação, TAFIC etc.)	603.434,43	6.930,48	58.292,42	3.526,59	26,55	672.210,47
Contingências (PIS e COFINS)	567.578,39	10.634,91	61.587,18	5.281,01	659,17	645.740,66
TOTAIS	7.223.620,34	69.843,90	635.751,00	42.465,48	10.267,42	7.981.948,14

QUADRO 21 – Despesa com a Gestão de Investimentos

Despesas com a gestão administrativa

GESTÃO PRÓPRIA	PLANO BD-01	PLANO CD-02	PLANO CV-03	PLANO CD-Metrô-DF	PLANO CD-05	TOTAIS
Pessoal e Encargos	6.905.884,12	191.879,87	1.143.517,99	105.577,88	0,00	8.346.859,86
Treinamentos/Viagens	118.451,70	3.086,68	18.875,19	1.703,73	0,00	142.117,30
Serviços de Terceiros (Consultorias, Contratos, etc.)	1.705.998,56	39.369,72	233.220,94	28.695,31	15.442,87	2.022.727,40
Outras Despesas (Consumo, Depreciação, TAFIC etc.)	947.851,59	28.976,78	164.017,76	15.309,97	45,00	1.156.201,10
Contingências (PIS e COFINS)	678.569,15	20.425,78	130.207,06	17.034,53	3.412,94	849.649,46
TOTAIS	10.356.755,12	283.738,83	1.689.838,94	168.321,42	18.900,81	12.517.555,12

QUADRO 22 – Despesa com a Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	REALIZADO R\$/MIL	ORÇADO R\$/MIL	%
DESPESAS E CONTINGÊNCIAS	12.517.555,12	12.642.462,59	-0,99
DESPESAS	11.667.905,66	11.793.468,43	-1,06
DESPESAS COMUNS	11.058.742,88	11.173.820,82	-1,03
PESSOAL E ENCARGOS	8.213.604,80	8.252.959,26	-0,48
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.739.993,29	1.770.885,56	-1,74
DESPESAS GERAIS	1.020.185,42	1.053.644,30	-3,18
DEPREC. E AMORTIZAÇÕES	56.272,44	62.642,42	-10,17
OUTRAS DESPESAS – ADMIN.	28.686,93	33.689,28	-14,85
DESPESAS ESPECÍFICAS	609.162,78	619.647,61	-1,69
SERVIÇOS DE TERCEIROS	415.989,17	420.129,55	-0,99
DESPESAS GERAIS	1.915,24	4.259,69	-55,04
TRIBUTOS	190.795,00	194.795,00	-2,05
OUTRAS DESPESAS – ADMIN.	463,37	463,37	0,00
CONTINGÊNCIAS	849.649,46	848.994,16	0,08
PIS E COFINS	849.649,46	848.994,16	0,08

QUADRO 23 – Orçado x Realizado 2018

Execução de despesa orçada até dezembro/2018

O realizado ficou 0,99% abaixo do valor orçado, conforme discriminado a seguir:

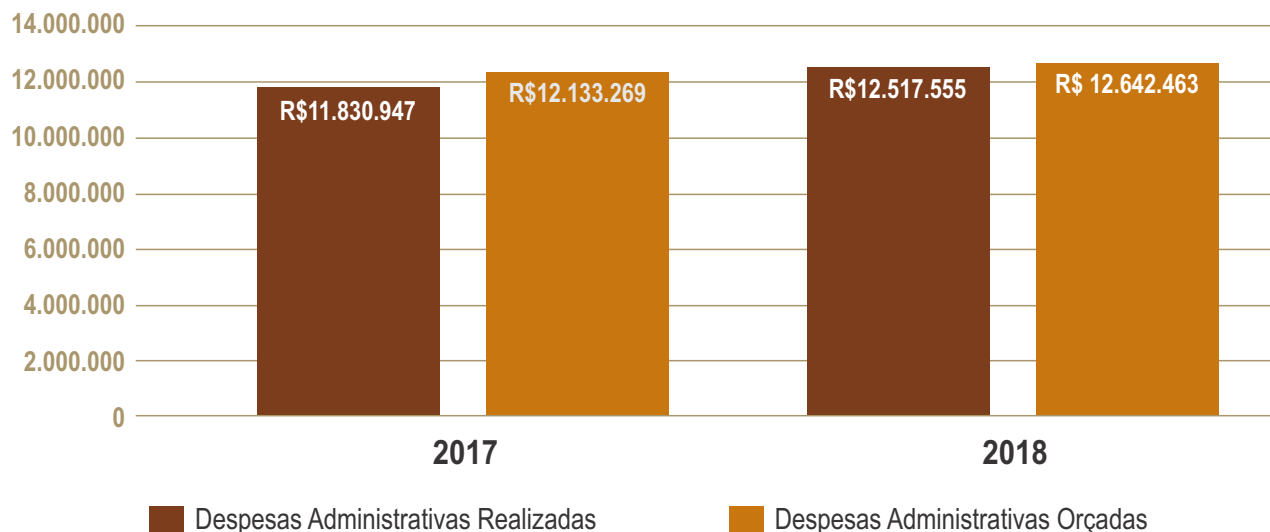


GRÁFICO 13 – Orçado x Realizado 2018

A contingência no valor de **R\$ 849.649,46** em 2018 refere-se ao saldo de depósitos em juízo efetuados pela REGIUS para fazer face ao pagamento de PIS/Cofins em decorrência de ação em que a Entidade reivindica a isenção tributária. Havendo êxito na ação, esse valor deverá retornar ao Fundo Administrativo (PGA).

Destaca-se que, em 2018, a REGIUS buscou o assessoramento de consultoria externa para revisão dos critérios de rateio das despesas administrativas com vistas a conferir mais justeza ao processo de orçamentação anual. Esse trabalho foi desenvolvido pela empresa de consultoria Junqueira de Carvalho Murgel e Brito – JCMB.

PESSOAL E ENCARGOS COMUNS		
PROVENTOS	REALIZADO	ORÇADO
CONTRATADOS	2.814.375,22	2.811.393,42
CEDIDOS	118.272,66	118.741,62
CONSELHO	613.094,23	630.272,12
DIRIGENTES	1.761.194,59	1.813.498,54
TOTAL	5.306.936,70	5.373.905,70
ENCARGOS	REALIZADO	ORÇADO
CONTRATADOS	1.907.168,27	1.904.969,40
CEDIDOS	63.071,71	63.241,46
CONSELHO	137.946,55	141.811,24
DIRIGENTES	798.481,57	769.031,46
TOTAL	2.906.668,10	2.879.053,56
TOTAL DA CONTA PESSOAL E ENGARGOS	8.213.604,80	8.252.959,26

SERVIÇOS DE TERCEIROS COMUNS		
CONSULTORIAS	REALIZADO	ORÇADO
CONTÁBIL	93.043,32	93.043,32
ATUARIAL	8.600,00	10.960,68
ADMINISTRATIVA	74.585,50	79.370,26
JURÍDICO	30.725,52	31.448,12
COMUNICAÇÃO	56.961,85	58.531,33
INVESTIMENTOS	75.504,20	75.517,80
ANÁLISES	28.675,56	28.292,43
DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO	72.306,02	72.820,22
CONTROLES INTERNOS	8.100,60	9.903,57
INFORMÁTICA	148.074,57	150.540,48
TOTAL CONTA CONSULTORIAS	596.577,14	610.428,21
MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO	133.532,38	152.671,45
ESTAGIÁRIOS	133.255,06	129.900,30
SOFTWARE	536.956,95	520.092,47
SERVIÇOS DE CUSTÓDIA	329.471,76	347.593,13
GESTÃO DOCUMENTAL	10.200,00	10.200,00
TOTAL DA CONTA SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.739.993,29	1.770.885,56

SERVIÇOS DE TERCEIROS ESPECÍFICOS		
CONSULTORIAS	REALIZADO	ORÇADO
ATUARIAL	67.756,00	67.756,00
JURÍDICO	85.232,78	85.232,78
COMUNICAÇÃO	203,40	203,40
INVESTIMENTOS	82.875,00	82.875,00
OUTRAS	4.772,00	4.772,00
TOTAL CONTA CONSULTORIAS	240.839,18	240.839,18
SOFTWARE	24.678,83	23.883,42
SERVIÇOS DE CUSTÓDIA	150.471,16	155.406,95
TOTAL DA CONTA SERVIÇOS DE TERCEIROS	415.989,17	420.129,55

QUADRO 24 – Despesas Administrativas 2018

Evolução das despesas administrativas

ANO	PATRIMÔNIO TOTAL ADMINISTRADO (RGPB)	DESPEASAS	DESPESA/PATRIMÔNIO TOTAL (%)	PARTICIPANTES*	EMPREGADOS
2009	911.230.269	8.715.518	0,96	2.928	32
2010	1.075.391.212	8.679.669	0,81	2.937	33
2011	1.137.675.199	9.331.414	0,82	3.236	33
2012	1.310.100.313	9.886.119	0,75	3.662	31
2013	1.407.913.866	9.748.023	0,69	3.971	29
2014	1.575.951.719	10.033.566	0,64	4.025	29
2015	1.799.543.685	10.664.583	0,59	4.697	28
2016	2.075.341.198	11.411.725	0,55	4.700	27
2017	2.267.296.040	11.830.947	0,52	4.903	27
2018	2.491.436.702	12.517.555	0,50	4.953	24

*Quantidade de Participantes informada = total de Participantes – (participantes CD-02 + pensionistas)

QUADRO 25 – Evolução das Despesas Administrativas

Evolução do custeio administrativo

ANO	PATRIMÔNIO TOTAL DOS PLANOS (RGPB)	DESPEASAS	DESPESA/RGPB* (%)	CUSTEIO MÉDIO %
2009	911.230.269	8.715.518	0,96	15,00
2010	1.075.391.212	8.679.669	0,81	11,50
2011	1.137.675.199	9.331.414	0,82	9,50
2012	1.310.100.313	9.886.119	0,75	7,00
2013	1.407.913.866	9.748.023	0,69	5,17
2014	1.575.951.719	10.033.566	0,64	4,67
2015	1.799.543.685	10.664.583	0,59	3,70
2016	2.075.341.198	11.411.725	0,55	3,50
2017	2.267.296.040	11.830.947	0,52	3,32
2018	2.491.436.702	12.517.555	0,50	3,46

*RGPB – Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios

QUADRO 26 – Evolução do Custeio Administrativo

8. Gestão Contábil e de Controles

8.1. Situação Patrimonial

Demonstrativos Contábeis

Em cumprimento aos dispositivos da Resolução MPAS/CGPC Nº 23/2006, a REGIUS disponibiliza os dados sobre os Planos de Benefícios administrados pela Entidade, permitindo aos Participantes, Assistidos e Patrocinadoras acompanhar a gestão dos Planos de Benefícios.

R\$ mil

BALANÇO PATRIMONIAL 2018					
ATIVO	Exercício 2018	Exercício 2017	PASSIVO	Exercício 2018	Exercício 2017
DISPONÍVEL – NOTAS 5.1.1	378	801	EXIGÍVEL OPERACIONAL – NOTA 5.2.1	6.051	5.474
			Gestão Previdencial – Nota 5.2.1.1	4.582	4.019
REALIZÁVEL – NOTA 5.1.2	2.569.211	2.337.903	Gestão Administrativa – Nota 5.2.1.2	1.458	1.432
Gestão Previdencial – Nota 5.1.2.1	228	219	Investimentos – Nota 5.2.1.3	11	23
Gestão Administrativa – Nota 5.1.2.2	9.971	9.089			
Investimentos – NOTA 5.1.2.3	2.559.012	2.328.595	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – NOTA 5.2.2	10.362	9.278
Títulos Públicos	1.952.333	1.680.601	Gestão Previdencial – Nota 5.2.2.1	1.036	896
Créditos Privados e Depósitos	249.296	221.988	Gestão Administrativa – Nota 5.2.2.2	8.579	7.729
Ações	80.054	69.231	Investimentos – Nota 5.2.2.3	747	653
Fundos de Investimento	91.966	172.965			
Investimentos Imobiliários	129.650	126.187	PATRIMÔNIO SOCIAL – NOTA 5.2.3	2.553.415	2.324.200
Empréstimos e Financiamentos	55.406	57.162	Patrimônio de cobertura do Plano	2.466.654	2.249.046
Depósitos Judiciais / Recursais	307	461	Provisões Matemáticas – NOTA 5.2.3.1	2.425.776	2.166.782
			Benefícios Concedidos	1.307.611	1.170.293
PERMANENTE – NOTA 5.1.3	239	248	Benefícios a Conceder	1.258.784	1.128.130
Imobilizado – Nota 5.1.3.1	225	227	(-) Provisões Matemática a Constituir	(140.619)	(131.641)
Intangível – Nota 5.1.3.2	2	5	Equilíbrio Técnico – Nota 5.2.3.2	40.878	82.264
Diferido – Nota 5.1.3.3	12	16	Resultados Realizados	40.878	82.264
			Superavit Técnico Acumulado	40.878	82.264
			(-) Deficit Técnico Acumulado	0	0
			Fundos – Nota 5.2.4	86.761	75.154
			Fundos Previdenciais – Nota 5.2.4.1	15.511	9.990
			Fundos Administrativos – Nota 5.2.4.2	67.368	61.601
			Fundos dos Investimentos – Nota 5.2.4.3	3.882	3.563
TOTAL DO ATIVO	2.569.828	2.338.952	TOTAL DO PASSIVO	2.569.828	2.338.952

QUADRO 27 – Balanço Patrimonial 2018

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS				
Descrição		Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
	A) Patrimônio Social – início do exercício	2.324.201	2.125.610	9,34
	1. Adições	380.064	336.674	12,89
(+)	Contribuições Previdenciais	118.967	114.560	3,85
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	242.495	202.365	19,83
(+)	Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	2.727	(100,00)
(+)	Receitas Administrativas	12.085	11.387	6,13
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	6.199	5.244	18,21
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	318	391	(18,67)
	2. Destinações	(150.850)	(138.083)	9,25
(-)	Benefícios	(138.104)	(126,252)	9,39
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	(89)	-	100,00
(-)	Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(140)	-	100,00
(-)	Despesas Administrativas	(11.668)	(11.058)	5,52
(-)	Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(849)	(773)	9,83
	3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	229.214	198.591	15,42
(+/-)	Provisões Matemáticas	258.993	145.817	77,62
(+/-)	Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	(41.386)	45.762	(190,44)
(+/-)	Fundos Previdenciais	5.522	1.821	203,24
(+/-)	Fundos Administrativos	5.767	4.800	20,15
(+/-)	Fundos dos Investimentos	318	391	(18,67)
	B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	2.553.415	2.324.201	9,86

QUADRO 28 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS

Demonstração do Ativo Líquido – DAL

Nos termos da Resolução CFC N° 1.272, de 22 de janeiro de 2010, do Conselho Federal de Contabilidade, “a Demonstração do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do Plano de Benefícios, no exercício a que se referir, e discrimina:

- (a) saldos dos grupos de contas do ativo;
- (b) saldos dos grupos de contas do passivo (operacional e contingencial); e
- (c) saldos dos grupos de contas do patrimônio social.”

R\$ mil

PLANO BD-01			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
1. Ativos	2.137.323	1.989.349	7,44
Disponível	4	34	(88,24)
Recebível	58.950	54.691	7,79
Investimento	2.078.369	1.934.624	7,43
Títulos Públicos	1.544.934	1.358.444	13,73
Créditos Privados e Depósitos	221.829	197.435	12,36
Ações	73.085	63.218	15,61
Fundo de Investimento	69.607	147.236	(52,72)
Investimentos Imobiliários	129.650	126.187	2,74
Empréstimos e Financiamentos	38.957	41.643	(6,45)
Depósitos Judiciais/Rekursais	307	461	(33,41)
2. Obrigações	5.868	5.095	15,17
Operacional	4.085	3.546	15,20
Contingencial	1.783	1.549	15,11
3. Fundos não Previdenciais	62.262	57.746	7,82
Fundos Administrativos	58.742	54.496	7,79
Fundos dos Investimentos	3.520	3.250	8,31
4. Ativo Líquido (1-2-3)	2.069.193	1.926.508	7,41
Provisões Matemáticas	2.031.276	1.846.181	10,03
Superavit/Deficit Técnico	37.917	80.327	(52,80)
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	175.287	181.982	(3,68)
a) Equilíbrio Técnico	37.917	80.327	(52,80)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	137.370	101.655	35,13
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	175.287	181.982	(3,68)

QUADRO 29 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano BD-01

PLANO CD-02			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
1. Ativos	70.036	59.385	17,94
Disponível	3	22	(86,36)
Recebível	767	611	25,53
Investimento	69.266	58.752	17,90
Títulos Públicos	63.681	57.147	11,43
Fundos de Investimento	5.585	1.605	247,98
2. Obrigações	155	133	16,54
Operacional	155	133	16,54
3. Fundos não Previdenciais	766	611	25,37
Fundos Administrativos	766	611	25,37
4. Ativo Líquido (1-2-3)	69.115	58.641	17,86
Provisões Matemáticas	68.831	58.407	17,85
Fundos Previdenciais	284	234	21,37

QUADRO 30 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano CD-02

PLANO CV-03			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
1. Ativos	314.814	256.219	22,87
Disponível	27	66	(59,09)
Recebível	7.208	6.097	18,22
Investimento	307.579	250.056	23,00
Títulos Públicos	252.966	192.292	31,55
Créditos Privados e Depósitos	20.781	18.567	11,92
Ações	6.968	6.013	15,88
Fundo de Investimento	10.491	17.914	(41,44)
Empréstimos e Financiamentos	16.373	15.270	7,22
2. Obrigações	296	310	(4,52)
Operacional	296	310	(4,52)
3. Fundos não Previdenciais	7.548	6.386	18,20
Fundos Administrativos	7.188	6.075	18,32
Fundos dos Investimentos	360	311	15,76
4. Ativo Líquido (1-2-3)	306.970	249.523	23,02
Provisões Matemáticas	288.944	237.912	21,45
Superavit/Deficit Técnico	2.961	1.937	52,87
Fundos Previdenciais	15.065	9.674	55,73
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	5.130	4.575	12,13
a) Equilíbrio Técnico	2.961	1.937	52,87
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2.169	2.638	(17,78)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	5.130	4.575	12,13

QUADRO 31 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano CV-03

R\$ mil

PLANO CD-Metrô-DF			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
1. Ativos	35.074	23.959	46,39
Disponível	322	649	(50,39)
Recebível	585	388	50,77
Investimento	34.167	22.922	49,06
Títulos Públicos	31.874	19.402	64,28
Fundos de Investimento	2.217	3.271	(32,22)
Empréstimos e Financiamentos	76	249	(69,48)
2. Obrigações	44	45	(2,22)
Operacional	44	45	(2,22)
3. Fundos não Previdenciais	587	389	50,90
Fundos Administrativos	585	387	51,16
Fundos dos Investimentos	2	2	0,00
4. Ativo Líquido (1-2-3)	34.443	23.525	46,41
Provisões Matemáticas	34.319	23.445	46,38
Fundos Previdenciais	124	80	55,00

QUADRO 32 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano CD-Metrô-DF

R\$ mil

PLANO CD-05			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
1. Ativos	2.546	879	189,65
Disponível	7	13	(46,15)
Recebível	87	32	171,88
Investimento	2.452	834	194,00
Títulos Públicos	2.077	526	294,87
Fundos de Investimento	375	308	21,75
2. Obrigações	14	8	75,00
Operacional	14	8	75,00
3. Fundos não Previdenciais	87	32	171,88
Fundos Administrativos	87	32	171,88
4. Ativo Líquido (1-2-3)	2.445	839	191,42
Provisões Matemáticas	2.406	837	187,46
Fundos Previdenciais	39	2	1.850,00

QUADRO 33 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano CD-05

Demonstração de Mutação do Ativo Líquido - DMAL

A Resolu o CFC N  1.272 diz que “a Demonstr o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios destina-se   evidenciac o das altera es do ativo líquido dos planos de benefícios, no exercício a que se referir, e discrimina:

- (a) saldo do ativo líquido no início do exercício;
- (b) adi es do ativo líquido;
- (c) dedu es do ativo líquido;
- (d) acréscimos e decréscimos no ativo líquido; e
- (e) constitui es de fundos administrativos e de investimentos.”

R\$ mil

PLANO BD-01				
Descri�o		Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido – início do exercício	1.926.508	1.803.641	6,81
	1. Adi�es	276.511	244.973	12,87
(+)	Contribui�es	68.842	67.085	2,62
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	207.669	175.161	18,56
(+)	Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	2.727	(100,00)
	2. Destina�es	(133.826)	(122.106)	9,60
(-)	Benefícios	(131.302)	(119.789)	9,61
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(140)	-	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(2.384)	(2.317)	2,89
	3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	142.685	122.867	16,13
(+/-)	Provisões Matemáticas	185.095	78.488	135,83
(+/-)	Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	(42.410)	44.379	(195,56)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.069.193	1.926.508	7,41
	C) Fundos não previdenciais	62.262	57.746	7,82
(+)	Fundos Administrativos	58.742	54.496	7,79
(+)	Fundos dos Investimentos	3.520	3.250	8,31

QUADRO 34 – Demonstr o de Muta o do Ativo Líquido – DMAL – Plano BD-01

R\$ mil

PLANO CD-02				
Descrição		Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
	A) Ativo Líquido – início do exercício	58.641	48.860	20,02
	1. Adições	15.574	15.002	3,81
(+)	Contribuições	9.871	10.650	(7,31)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	5.703	4.352	31,04
	2. Destinações	(5.101)	(5.221)	(2,30)
(-)	Benefícios	(4.891)	(4.999)	(2,16)
(-)	Custeio Administrativo	(210)	(222)	(5,41)
	3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.473	9.781	7,07
(+/-)	Provisões Matemáticas	10.423	9.674	7,74
(+/-)	Fundos Previdenciais	50	107	(53,27)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	69.114	58.641	17,86
	C) Fundos não previdenciais	766	611	25,37
(+)	Fundos Administrativos	766	611	25,37

QUADRO 35 – Demonstração de Mutação do Ativo Líquido – DMAL – Plano CD-02

R\$ mil

PLANO CV-03				
Descrição		Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
	A) Ativo Líquido – início do exercício	249.523	198.439	25,74
	1. Adições	60.568	53.879	12,41
(+)	Contribuições	34.321	32.530	5,51
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	26.247	21.349	22,94
	2. Destinações	(3.122)	(2.795)	11,70
(-)	Benefícios	(1.647)	(1.397)	17,90
(-)	Custeio Administrativo	(1.475)	(1.398)	5,51
	3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	57.446	51.084	12,45
(+/-)	Provisões Matemáticas	51.032	48.023	6,27
(+/-)	Fundos Previdenciais	5.390	1.678	221,22
(+/-)	Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	1.024	1.383	(25,96)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	306.969	249.523	23,02
	C) Fundos não previdenciais	7.548	6.386	18,20
(+)	Fundos Administrativos	7.188	6.075	18,32
(+)	Fundos dos Investimentos	360	311	15,76

QUADRO 36 – Demonstração de Mutação do Ativo Líquido – DMAL – Plano CV-03

R\$ mil

PLANO CD-Metrô-DF				
Descrição		Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
	A) Ativo Líquido – início do exercício	23.525	14.696	60,08
	1. Adições	11.440	9.122	25,41
(+)	Contribuições	8.703	7.628	14,09
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	2.737	1.494	83,20
	2. Destinações	(522)	(293)	78,16
(-)	Benefícios	(193)	(64)	201,56
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	(76)	-	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(253)	(229)	10,48
	3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.918	8.829	23,66
(+/-)	Provisões Matemáticas	10.874	8.795	23,64
(+/-)	Fundos Previdenciais	44	34	29,41
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	34.443	23.525	46,41
	C) Fundos não previdenciais	587	389	50,90
(+)	Fundos Administrativos	585	387	51,16
(+)	Fundos dos Investimentos	2	2	0,00

QUADRO 37 – Demonstração de Mutação do Ativo Líquido – DMAL – Plano CD-Metrô-DF

R\$ mil

PLANO CD-05				
Descrição		Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
	A) Ativo Líquido – início do exercício	1.678	839	100,00
	1. Adições	1.749	876	99,66
(+)	Contribuições	1.609	866	85,80
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	140	10	1.300,00
	2. Destinações	(143)	(37)	286,49
(-)	Benefícios	(71)	(3)	2.266,67
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	(13)	-	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(59)	(34)	73,53
	3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.606	839	91,42
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.569	837	87,46
(+/-)	Fundos Previdenciais	37	2	1.750,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	3.284	1.678	95,71
	C) Fundos não previdenciais	87	32	171,88
(+)	Fundos Administrativos	87	32	171,88

QUADRO 38 – Demonstração de Mutação do Ativo Líquido – DMAL – Plano CD-05

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA

Segundo a Resolução CFC Nº 1.272, “a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por plano de benefícios explica a atividade administrativa da EFPC, relativa a cada plano de benefícios, evidenciando as alterações do fundo administrativo do plano de benefícios, e discrimina:

- (a) receitas administrativas do exercício;
- (b) despesas administrativas, segregadas por administrações previdencial, de investimentos e outras, com detalhamento das despesas comuns e específicas do plano de benefícios;
- (c) resultado negativo dos investimentos;
- (d) sobras ou insuficiência da gestão administrativa; e
- (e) constituição ou reversão do fundo administrativo no exercício.”

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA – CONSOLIDADO			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	61.601	56.801	8,45
1. Custeio da Gestão Administrativa	18.285	16.631	9,95
1.1. Receitas	18.285	16.631	9,95
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.381	4.201	4,28
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.555	7.038	7,35
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	133	129	3,10
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	6.199	5.244	18,21
Outras Receitas	17	19	(10,53)
2. Despesas Administrativas	11.668	11.058	5,52
2.1. Administração Previdencial	4.332	4.217	2,73
Pessoal e encargos	3.246	3.198	1,50
Treinamentos / congressos e seminários	45	38	18,42
Viagens e estadias	5	4	25,00
Serviços de terceiros	552	582	(5,15)
Despesas gerais	366	317	15,46
Depreciações e amortizações	23	21	9,52
Tributos	78	53	47,17
Outras Despesas	17	4	325,00
2.2. Administração dos Investimentos	7.336	6.841	7,24
Pessoal e encargos	5.101	4.761	7,14
Treinamentos / congressos e seminários	85	65	30,77
Viagens e estadias	7	7	0,00
Serviços de terceiros	1.471	1.344	9,45
Despesas gerais	514	533	(3,56)
Depreciações e amortizações	33	34	(2,94)
Tributos	113	93	21,51
Outras Despesas	12	4	200,00
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	850	773	9,96
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	5.767	4.800	20,15
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	5.767	4.800	20,15
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	67.368	61.601	9,36

PLANO BD-01			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	54.496	50.930	7,00
1. Custeio da Gestão Administrativa	14.603	12.993	12,39
1.1. Receitas	14.603	12.993	12,39
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.384	2.318	2,85
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.895	6.044	14,08
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	82	88	(6,82)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	5.229	4.524	15,58
Outras Receitas	13	19	(31,58)
2. Despesas Administrativas	9.678	8.823	9,69
2.1. Administração Previdencial	3.022	2.972	1,68
2.1.1. Despesas Comuns	2.866	2.846	0,70
2.1.2. Despesas Específicas	156	126	23,81
Serviços de terceiros	89	81	9,88
Despesas gerais	1	1	0,00
Tributos	66	44	50,00
2.2. Administração dos Investimentos	6.656	5.851	13,76
2.2.1. Despesas Comuns	6.313	5.625	12,23
2.2.2. Despesas Específicas	343	226	51,77
Serviços de terceiros	248	148	67,57
Despesas gerais	1	2	(50,00)
Tributos	94	76	23,68
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	679	604	12,42
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	4.246	3.566	19,07
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	4.246	3.566	19,07
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	58.742	54.496	7,79

QUADRO 40 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – CONSOLIDADO – Plano BD-01

PLANO CD-02			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	611	431	41,76
1. Custeio da Gestão Administrativa	439	548	(19,89)
1.1. Receitas	439	548	(19,89)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	210	222	(5,41)
Custeio Administrativo dos Investimentos	62	196	(68,37)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	167	130	28,46
2. Despesas Administrativas	263	343	-23,32
2.1. Administração Previdencial	204	156	30,77
2.1.1. Despesas Comuns	198	152	30,26
2.1.2. Despesas Específicas	6	4	50,00
Serviços de terceiros	4	2	100,00
Tributos	2	2	0,00
2.2. Administração dos Investimentos	59	187	(68,45)
2.2.1. Despesas Comuns	50	162	(69,14)
2.2.2. Despesas Específicas	9	25	(64,00)
Serviços de terceiros	6	22	(72,73)
Tributos	3	3	0,00
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	20	25	(20,00)
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	156	180	(13,33)
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	156	180	(13,33)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	767	611	25,53

QUADRO 41 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano CD-02

PLANO CV-03			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	6.075	5.149	17,98
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.802	2.688	4,24
1.1. Receitas	2.802	2.688	4,24
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.475	1.398	5,51
Custeio Administrativo dos Investimentos	549	708	(22,46)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	50	40	25,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	725	542	33,76
Outras Receitas	3	-	100,00
2. Despesas Administrativas	1.559	1.637	(4,76)
2.1. Administração Previdencial	985	922	6,83
2.1.1. Despesas Comuns	947	907	4,41
2.1.2. Despesas Específicas	38	15	153,33
Serviços de terceiros	28	8	250,00
Tributos	10	7	42,86
2.2. Administração dos Investimentos	574	715	(19,72)
2.2.1. Despesas Comuns	548	676	(18,93)
2.2.2. Despesas Específicas	26	39	(33,33)
Serviços de terceiros	12	27	(55,56)
Tributos	14	12	16,67
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	130	125	4,00
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.113	926	20,19
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	1.113	926	20,19
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	7.188	6.075	18,32

QUADRO 42 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano CV-03

PLANO CD-Metrô-DF			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	387	291	32,99
1. Custeio da Gestão Administrativa	367	360	1,94
1.1. Receitas	367	360	1,94
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	253	229	10,48
Custeio Administrativo dos Investimentos	39	84	(53,57)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	-	1	(100,00)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	75	46	63,04
2. Despesas Administrativas	152	247	(38,46)
2.1. Administração Previdencial	114	166	(31,33)
2.1.1. Despesas Comuns	107	149	(28,19)
2.1.2. Despesas Específicas	7	17	(58,82)
Serviços de terceiros	6	16	(62,50)
Tributos	1	1	0,00
2.2. Administração dos Investimentos	38	81	(53,09)
2.2.1. Despesas Comuns	30	57	(47,37)
2.2.2. Despesas Específicas	8	24	(66,67)
Serviços de terceiros	7	22	(68,18)
Despesas gerais	-	1	(100,00)
Tributos	1	1	0,00
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	17	17	-
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	198	96	106,25
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	198	96	106,25
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	585	387	51,16

QUADRO 43 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano CD-Metrô-DF

PLANO CD-05			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	32	-	100,00
1. Custeio da Gestão Administrativa	73	41	78,05
1.1. Receitas	73	41	78,05
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	59	34	73,53
Custeio Administrativo dos Investimentos	10	6	66,67
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	4	1	300,00
2. Despesas Administrativas	15	7	114,29
2.1. Administração Previdencial	6	1	500,00
2.1.1. Despesas Comuns	-	-	0,00
2.1.2. Despesas Específicas	6	1	500,00
Serviços de terceiros	6	1	500,00
2.2. Administração dos Investimentos	9	6	50,00
2.2.1. Despesas Comuns	-	1	(100,00)
2.2.2. Despesas Específicas	9	5	80,00
Serviços de terceiros	9	5	80,00
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	3	2	50,00
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	55	32	71,88
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	55	32	71,88
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	87	32	171,88

QUADRO 44 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano CD-05

Demonstração das provisões técnicas do Plano de Benefícios – DPT

A Resolução CNPC Nº 12, de 19 de agosto de 2013, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, define que as provisões técnicas: “Representam a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios das EFPCs”.

R\$ mil

PLANO BD-01			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.078.581	1.934.853	7,43
1. Provisões Matemáticas	2.031.276	1.846.181	10,03
1.1. Benefícios Concedidos	1.296.228	1.159.595	11,78
Benefício Definido	1.296.228	1.159.959	11,78
1.2. Benefício a Conceder	875.667	818.227	7,02
Benefício Definido	875.667	818.227	7,02
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(140.619)	(131.641)	6,82
(-) Serviço passado	(284)	(292)	(2,74)
(-) Participantes	(284)	(292)	(2,74)
(-) Deficit equacionado	(140.335)	(131.349)	6,84
(-) Patrocinador(es)	(70.168)	(65.674)	6,84
(-) Participantes	(3.338)	(4.464)	(25,22)
(-) Assistidos	(66.829)	(61.211)	9,18
2. Equilíbrio Técnico	37.917	80.327	(52,80)
2.1 Resultados Realizados	37.917	80.327	(52,80)
Superavit técnico acumulado	37.917	80.327	(52,80)
Reserva de contingência	37.917	80.327	(52,80)
3. Fundos	3.520	3.250	8,31
3.1. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	3.520	3.250	8,31
4. Exigível Operacional	4.085	3.546	15,20
4.1. Gestão Previdencial	4.077	3.529	15,53
4.2. Investimentos – Gestão Previdencial	8	17	(52,94)
5. Exigível Contingencial	1.783	1.549	15,11
5.1. Gestão Previdencial	1.036	896	15,63
5.2. Investimentos – Gestão Previdencial	747	653	14,40

QUADRO 45 – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano BD-01

R\$ mil

PLANO CD-02			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3)	69.270	58.774	17,86
1. Provisões Matemáticas	68.831	58.407	17,85
1.1. Benefícios Concedidos	4.944	6.251	(20,91)
Contribuição Definida	4.944	6.251	(20,91)
1.2. Benefício a Conceder	63.887	52.156	22,49
Contribuição Definida	63.887	52.156	22,49
Saldo de Contas – parcela patrocinador(es) / instituidor(es)	30.978	25.484	21,56
Saldo de Contas – parcela participantes Benefício Definido	32.909	26.672	23,38
2. Fundos	284	234	21,37
2.1. Fundos Previdenciais	284	234	21,37
3. Exigível Operacional	155	133	16,54
3.1. Gestão Previdencial	155	133	16,54

QUADRO 46 – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano CD-02

R\$ mil

PLANO CV-03			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	307.626	250.145	22,98
1. Provisões Matemáticas	288.944	237.912	21,45
1.1. Benefícios Concedidos	6.439	4.447	44,79
Benefício Definido	6.439	4.447	44,79
1.2. Benefício a Conceder	282.505	233.465	21,01
Contribuição Definida	280.426	226.965	23,55
Saldo de Contas – parcela patrocinador(es) / instituidor(es)	126.803	101.878	24,47
Saldo de Contas – parcela participantes Benefício Definido	153.623	125.087	22,81
Benefício Definido	2.079	6.500	(68,02)
2. Equilíbrio Técnico	2.961	1.936	52,94
2.1 Resultados Realizados	2.961	1.936	52,94
Superavit técnico acumulado	2.961	1.936	52,94
Reserva de contingência	2.129	1.936	9,97
Reserva para revisão do plano	832	-	100,00
3. Fundos	15.425	9.987	54,45
3.1. Fundos Previdenciais	15.065	9.675	55,71
3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	360	312	15,38
4. Exigível Operacional	296	310	(4,52)
4.1. Gestão Previdencial	292	304	(3,95)
4.2. Investimentos – Gestão Previdencial	4	6	(33,33)

QUADRO 47 – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano CV-03

R\$ mil

PLANO CD-Metrô-DF			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3)	34.489	23.572	46,31
1. Provisões Matemáticas	34.319	23.445	46,38
1.1. Benefício a Conceder	34.319	23.445	46,38
Contribuição Definida	34.319	23.445	46,38
Saldo de Contas – parcela patrocinador(es) / instituidor(es)	15.448	10.664	44,86
Saldo de Contas – parcela participantes Benefício Definido	18.871	12.781	47,65
2. Fundos	126	82	53,66
2.1. Fundos Previdenciais	124	80	55,00
2.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	2	2	0,00
3. Exigível Operacional	44	45	(2,22)
3.1. Gestão Previdencial	44	44	0,00
3.2. Investimentos – Gestão Previdencial	-	1	(100,00)

QUADRO 48 – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano CD-Metrô-DF

R\$ mil

PLANO CD-05			
Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3)	2.459	847	190,32
1. Provisões Matemáticas	2.406	837	187,46
1.1. Benefício a Conceder	2.406	837	187,46
Contribuição Definida	2.406	837	187,46
Saldo de Contas – parcela patrocinador(es) / instituidor(es)	1.096	397	176,07
Saldo de Contas – parcela participantes Benefício Definido	1.310	440	197,73
2. Fundos	39	2	1.850,00
2.1. Fundos Previdenciais	39	2	1.850,00
3. Exigível Operacional	14	8	75,00
3.1. Gestão Previdencial	14	8	75,00

QUADRO 49 – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano CD-05

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para visualizar a íntegra das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 2018, [clique aqui](#).

9. Pareceres e Manifestações

Em 2018, tanto os auditores independentes quanto os Órgãos Estatutários da REGIUS aprovaram as demonstrações contábeis da Entidade sem ressalvas, ou seja, não foram feitos registros de ressalvas e ênfase. As contas estão em conformidade com as normas vigentes. A seguir estão transcritos os pareceres e atas que evidenciam a aprovação das contas.

Auditoria Independente



Aos
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadora da
REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada (“REGIUS”, “Fundação” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela REGIUS, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº29) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas financeiras e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as

divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 27 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 015827/O-3 – DF

Parecer Atuarial

Plano BD-01



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial de 31/12/2018 do Plano de Benefícios BD-01 administrado pela REGIUS, o qual é constituído na modalidade de Benefício Definido, tal como definido no art. 2º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

São patrocinadoras do referido plano o Banco de Brasília – BRB e a própria REGIUS.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, em especial a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CNPC de nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece parâmetros técnicos para a avaliação de planos de benefícios e a Instrução nº 12, de 13 de outubro de 2014, da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, que cria normas para o preenchimento das Demonstrações Atuariais.

Os resultados apresentados neste parecer tomam por base a avaliação realizada com fundamento nas premissas e hipóteses definidas em conjunto com a entidade, bem como os normativos internos vigentes na data da reavaliação e os dados cadastrais posicionados em novembro de 2018.

QUALIDADE DABASE CADASTRAL UTILIZADA

Conforme comentado, os dados cadastrais utilizados na reavaliação atuarial do Plano de Benefícios BD-01 estão posicionados em novembro de 2018 e avaliados por esta consultoria como de boa qualidade e adequados aos cálculos atuariais necessários para a determinação do passivo atuarial, plano de custeio e situação atuarial do plano de benefícios.

HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIME FINANCEIRO E MÉTODO ATUARIAL

As hipóteses atuariais utilizadas nesta reavaliação foram:

Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade de válidos: AT-2000 por sexo suavizada em 10%;
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled por sexo suavizada em 10%;
- Rotatividade: 0%; e
- Não foi utilizada a hipótese de gerações futuras.

Hipóteses Demográficas

- Composição do grupo familiar na data do óbito do participante
 - Participantes assistidos: dados dos dependentes informados em cadastro; e
 - Participantes ativos: família média padrão REGIUS.

Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa de juros anual real: 5,36%
- Projeção de crescimento real anual dos salários: 0%
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do RGPS: 0,00%
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano: 0,00%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - Salários: 100,00%
 - Benefícios do RGPS: 100,00%
 - Benefícios do plano: 100,00%

Regimes financeiros e método atuarial

- Regime de Capitalização (método Idade Normal de Entrada): suplementações de aposentadoria, reversões, pensões, pecúlio por morte, benefício proporcional e portabilidade.

Em relação à avaliação de 31/12/2017 foram alteradas as hipóteses abaixo.

HIPÓTESE	31/12/2017	31/12/2018
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled por sexo	RP-2000 Disabled por sexo suavizada em 10%
Taxa de juros	5,61%	5,36%

Todas as hipóteses adotadas estão de acordo com as disposições da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, e foram selecionadas em função dos resultados dos testes de adequação realizados por esta consultoria, em conformidade com a Resolução CNPC nº 09/2012 e IN nº 23/2015, que eram as normas vigentes à época da elaboração do estudo de adequação das hipóteses atuariais. Com relação à taxa de juros, foi elaborado um estudo de adequação demonstrando a convergência entre a rentabilidade esperada para os investimentos e o valor da taxa de juros a ser usada como hipótese na avaliação atuarial, cujas informações foram fornecidas pelo AETQ da entidade.

Os testes de aderência se encontram em poder da entidade e foram aprovados por sua Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Em nossa opinião, o método de financiamento Idade Normal de Entrada vem produzindo resultados consistentes, possibilitando a acumulação de reservas matemáticas que são suficientes para o equilíbrio atuarial do plano de benefícios, conforme demonstrado neste relatório.

CARACTERÍSTICAS DO PLANO

O Plano de Benefícios BD-01 está estruturado na modalidade de Benefício Definido, tal como preceitua a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Cálculo do ativo líquido do plano

O ativo líquido do plano foi calculado a partir das informações contábeis da entidade, registradas em seu balancete de 31/12/2018 e abaixo reproduzidas.

<u>Rubrica</u>	<u>Valores em R\$</u>
Ativo Total:	2.137.322.981,83
Exigível Operacional:	(-) 4.084.638,98
Exigível Contingencial:	(-) 1.783.416,84
Fundos:	(-)62.261.601,51
Ativo Líquido do Plano:	2.069.193.324,50

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial, em 31/12/2018, era composto da seguinte forma:

RUBRICA	2017	2018
Benefícios Concedidos	1.159.594.984,84	1.296.228.534,50
Benefícios do Plano com a Geração Atual	1.508.969.340,88	1.688.509.053,84
Contrib. da Patroc. sobre os benefícios	(172.322.228,93)	(193.675.782,97)
Contrib. dos Partic. sobre os benefícios	(177.052.127,11)	(198.604.736,37)
Benefícios a Conceder	818.226.945,60	875.666.664,52
Benefícios do Plano com a Geração Atual	1.183.111.215,66	1.245.943.972,68
Contrib. da Patroc. sobre os benefícios	(156.114.114,07)	(165.259.717,85)
Contrib. dos Partic. sobre os benefícios	(156.146.480,56)	(165.294.463,40)
Outras Contribuições da Geração Atual	(52.623.673,43)	(39.723.126,91)
Reservas a amortizar	(131.640.697,24)	(140.619.224,53)
Reservas Matemáticas Totais	1.846.181.233,20	2.031.275.974,49

As provisões matemáticas de benefícios concedidos aumentaram 11,78% em decorrência das alterações nas hipóteses atuariais e das variações normais no plano, fruto dos reajustes de benefícios e do custo dos juros atuariais, bem como das novas concessões de benefícios ocorridas durante 2018 e decresceram pelos pagamentos de benefícios ocorridos no exercício.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder tiveram uma elevação de 7,02% decorrente, também, das alterações nas hipóteses atuariais e das variações observadas nos salários de benefício dos participantes ativos do plano de benefícios, dos custos dos juros sobre as reservas matemáticas, da aquisição de novos créditos na acumulação dessas reservas e das alterações cadastrais decorrentes das aposentadorias e pensões concedidas no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas experimentaram uma elevação de 10,03% no período, estando compatível com o crescimento esperado, estando um pouco acima da meta atuarial (9,89%) composta pela variação do IPCA (4,05%) e juros atuariais de 5,61%a.a., em decorrência da alteração nas hipóteses atuariais.

FUNDOS PREVIDENCIAIS EXISTENTES NA DATA DESTA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Em 31/12/2018, não existiam fundos previdenciais registrados na contabilidade do plano de benefícios, estando registrado tão somente o fundo administrativo no montante de R\$ 58.741.903,79, referente à participação deste plano no Plano de Gestão Administrativa – PGA e o fundo de investimentos destinado à quitação de empréstimos, cujo saldo era de R\$ 3.519.697,72.

VARIAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Confrontando-se o ativo líquido do plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de um superávit atuarial de R\$ 37.917.350,01, que representa 1,87% das provisões matemáticas totais.

Ao se comparar a situação atuarial em 31/12/2018 com aquela registrada em 31/12/2017, cujo superávit era de R\$ 80.327.206,54, observa-se que houve no exercício uma redução no resultado atuarial, tendo o resultado positivo decrescido em 52,80%.

As causas mais prováveis de variação do resultado podem ser atribuídas às alterações de hipóteses atuariais, modificações cadastrais ocorridas no período e ao desempenho patrimonial em 2018, cuja rentabilidade nominal foi de 11,37% sendo, portanto, superior à meta atuarial do plano, que em 2018 foi de 9,89%, considerando-se que o IPCA de dezembro/2017 a novembro/2018 apresentou variação de 4,05% e que a taxa de juros do plano em 2018 foi de 5,61% a.a..

NATUREZA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Tendo em vista os comentários feitos anteriormente, nosso entendimento é que a situação em que o plano se apresenta é conjuntural, uma vez que o mesmo foi consequência do desempenho dos investimentos no exercício findo.

SOLUÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

O plano de benefícios não apresentou déficit atuarial nesta avaliação, tendo registrado superávit.

Em conformidade com o artigo 15 da Resolução CGPC nº 30/2018, o resultado superavitário do plano de benefícios deverá ser destinado à constituição de reserva de contingência até o limite de 25% do valor das

provisões matemáticas, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir, ou até o limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite da Reserva de Contingência = 10% + (1% x duração do passivo) x Provisão Matemática, limitado a 25% dessa mesma provisão.

A duração do passivo, calculada para este plano de benefícios com base nos fluxos da avaliação de 31/12/2018, foi de 11,51 anos, calculada usando-se o sistema Venturo, disponibilizado pela PREVIC, que aplicada na fórmula anterior resulta no seguinte Limite da Reserva de Contingência:

Limite da Reserva de Contingência: Menor[(10% + 11,51%); 25%] x R\$ 2.031.275.974,49 = **R\$ 436.927.462,11.**

Portanto, o superávit atuarial registrado na data desta avaliação deverá ser integralmente destinado à constituição de reserva de contingência.

CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E COMPARAÇÃO COM EXERCÍCIO ANTERIOR

O quadro seguinte resume os custos atuariais do plano de benefícios, em 31/12/2018, comparando-os com os custos da avaliação atuarial anterior. Todos os custos estão expressos como porcentagem do salário-de-participação.

BENEFÍCIOS	31/12/2017	31/12/2018
Aposentadorias	8,62%	8,99%
Aposentadorias por invalidez	1,44%	1,50%
Pensão por morte	0,17%	0,18%
Pecúlio	0,14%	0,15%
Despesas administrativas	0,77%	0,81%
Ajuste do plano	8,19%	8,54%
Custo total	19,33%	20,17%

PLANO DE CUSTEIO

O plano de benefícios possui apenas um grupo de custeio, para o qual se sugere o seguinte plano de custeio.

PLANO DE CUSTEIO PARA 2019

O plano de custeio a vigorar em 2019 é o mesmo vigente em 2018.

As contribuições dos participantes ativos e auto-patrocinaados são definidas em regulamento, sendo representadas pela tabela abaixo:

Faixa salarial (em URPB01)	Alíquota sobre o Salário real de contribuição (%)
Até 5,036961	3,00%
De 5,036962 a 10,073890	5,00%
De 10,073891 a 43,214281	12,00%

Valor da URPB01 em 31/12/2018: R\$ 558,43

A contribuição das patrocinadoras será paritária em relação às dos participantes ativos.

Além das contribuições calculadas pela aplicação da tabela acima, os assistidos pagarão contribuição de 15% sobre os valores dos benefícios, sendo paritária em relação à patrocinadora, exceto para os assistidos que integram o processo nº 017831-0/2002, cuja sentença determinou que a contribuição sobre os benefícios seja de 10%, sendo a parte patronal igual a 20%.

Os participantes assistidos em regime especial, recebedores do Benefício Proporcional Diferido pagarão contribuições normais de 10% sobre o valor de seus benefícios e para este grupo não há a previsão de contribuição do patrocinador.

Para custeio administrativo do plano de benefícios, propõe-se a seguinte estrutura, conforme consta do do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa-PGA.

DISCRIMINAÇÃO	BASE DA APLICAÇÃO	PLANO BD-01	
		PARTICIPANTE	PATROCINADOR
Participantes Ativos	Contribuição previdencial normal	4,00%	4,00%
Participantes Assistidos	Contribuição previdencial normal	4,00%	4,00%
	Valor da renda mensal	-	-
Participantes assistidos em regime especial (BPD)	Contribuição previdencial normal	4,00%	-
	Valor da renda mensal	-	-
Participantes auto-patrocinados	Contribuição previdencial mensal	4,00%	-
	Salário de contribuição	-	-
Participantes ativos em regime especial (espera de BPD) e Participantes desligados	Reserva de poupança	0,023%	-
	Fundo individual	-	-
Pensionistas	Valor da pensão mensal	0,63%	-
Beneficiários de participantes assistidos em regime especial	Valor da renda mensal	0,63%	-

O plano de custeio constituir-se-á, ainda, de contribuições para o equacionamento de déficits passados, cujas alíquotas são as seguintes:

CONTRIBUINTE	PREVIDENCIÁRIA
Ativos	1,60%
Aposentados	2,64%
Aposentados Diferidos	1,75%
Pensionistas	0,23%
Patrocinadora Ativos	1,60%
Patrocinadora Aposentados	2,64%

Os participantes assistidos amparados pela decisão judicial (Processo nº 017831-0/2002), pagarão contribuição para equacionamento do déficit de 1,76% e a patrocinadora arcará com 3,52% para o patrocinador.

DÍVIDAS CONTRATADAS

Não há dívidas contratadas com as patrocinadoras em 31/12/2018.

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

As Provisões Matemáticas a Constituir registram R\$ 140.619.224,53 relativo a joias a amortizar de assistidos referentes a inclusão de dependentes, no montante de R\$ 283.892,58 e contribuições para equacionamento de déficits no valor de R\$ 140.335.331,95.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS AOS QUAIS O GRUPO DE CUSTEIO ESTÁ EXPOSTO E SUGESTÕES PARA MITIGAÇÃO DESSES RISCOS

O plano de benefícios por ser constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

RECOMENDAÇÕES PARA RESTABELECER A SUFICIÊNCIA DE COBERTURA DO GRUPO DE CUSTEIO

O plano de benefícios apresentou suficiência de cobertura do grupo de custeio.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O ajuste de precificação informado pela EFPC relativo ao plano BD-01 alcançou o montante positivo de R\$ 137.370.002,48 e, tendo em vista que o plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, com integral destinação para a reserva de contingência, o ajuste de precificação não tem efeitos em relação aos resultados da avaliação atuarial sob comento, pois conforme a Instrução Previc nº 10/2018, referido ajuste somente pode ser utilizado para revisão de plano de benefícios e, portanto, não se aplica aos resultados da presente avaliação atuarial.

Ainda conforme o art. 11 da Instrução Previc nº 10/2018, em caso de superávit, apenas os ajustes negativos poderão ser utilizados.

Lembramos, ainda, que os títulos utilizados no ajuste de precificação devem atender aos requisitos constantes do art. 10 da mencionada Instrução, em especial no que diz respeito à sua manutenção até o vencimento.

COMENTÁRIOS FINAIS

Pelo exposto, concluímos que a situação atuarial do plano de benefícios BD-01 apresenta-se equilibrada em termos atuariais, com um pequeno superávit atuarial que representa 1,87% das provisões matemáticas, devendo ser integralmente destinado à constituição de reserva de contingência.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Brasília – DF, 11 de março de 2019.



Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIIBA 1.162



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial de 31/12/2018 do Plano de Benefícios CD-02, o qual é constituído na modalidade de Contribuição Definida, tal como definido no art. 3º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O plano é patrocinado pelo BRB – Banco de Brasília S/A e pela Regius-Sociedade Civil de Previdência Privada.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, em especial a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CNPC de nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece parâmetros técnicos para a avaliação de planos de benefícios e a Instrução nº 12, de 13 de outubro de 2014, da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, que cria normas para o preenchimento das Demonstrações Atuariais.

Os resultados apresentados neste parecer tomam por base a avaliação realizada com fundamento nas premissas e hipóteses definidas em conjunto com a entidade, bem como os normativos internos vigentes na data da reavaliação e os dados cadastrais posicionados em novembro de 2018.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Conforme comentado, os dados cadastrais utilizados na reavaliação atuarial do Plano de Benefícios CD-02 estão posicionados em novembro de 2018 e avaliados por esta consultoria como de boa qualidade e adequados aos cálculos atuariais necessários para a determinação do passivo atuarial, plano de custeio e situação atuarial do plano de benefícios.

HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIME FINANCEIRO E MÉTODO ATUARIAL

As hipóteses atuariais utilizadas nesta reavaliação foram:

Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade de válidos: não aplicável;
- Tábua de entrada em invalidez: não aplicável;
- Tábua de mortalidade de inválidos: não aplicável;
- Rotatividade: não aplicável.

Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa de juros anual real: 4,50% a.a.
- Projeção de crescimento real anual dos salários: não aplicável
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do RGPS: não aplicável
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano: não aplicável
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - Salários: não aplicável
 - Benefícios do RGPS: não aplicável
 - Benefícios do plano: não aplicável

Regimes financeiros e método atuarial

- Regime de Capitalização e método Capitalização Financeira Individual.

Em relação à reavaliação atuarial de 31/12/2017, foram mantidas as demais hipóteses atuariais, uma vez que estão adequadas à massa de participantes e compatíveis com a realidade econômica, financeira, previdencial, laboral e biométrica do plano.

Conforme estabelece o art. 2º da Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, vigente à época da elaboração dos estudos de adequação das hipóteses para a REGIUS, a comprovação, por meio de estudo técnico, da adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos é exigida para os planos que possuam obrigações registradas em provisão matemáticas de benefício definido.

Dessa forma, o plano sob comento não está obrigado a elaborar estudo de adequação das hipóteses atuariais.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Em nossa opinião, o método de financiamento vem produzindo resultados consistentes, possibilitando a acumulação de reservas matemáticas que são suficientes para o equilíbrio atuarial do plano de benefícios, conforme demonstrado neste relatório.

CARACTERÍSTICAS DO PLANO

O Plano de Benefícios CD-02 está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, tal como preceitua a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Cálculo do ativo líquido do plano

O ativo líquido do plano foi calculado a partir das informações contábeis da entidade, registradas em seu balancete de 31/12/2018 e abaixo reproduzidas.

<u>Rubrica</u>	<u>Valores em R\$</u>
Ativo Total:	70.036.160,64
Exigível Operacional:	(-) 155.296,87
Exigível Contingencial:	(-) 0,00
Fundos:	(-) 1.050.430,50
Ativo Líquido do Plano:	68.830.433,27

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial, em 31/12/2018, era composto da seguinte forma:

RUBRICA	31/12/2017	31/12/2018
Exigível atuarial:	58.407.323,23	68.830.433,27
Provisões matemáticas:	58.407.323,23	68.830.433,27
Benefícios concedidos:	6.251.156,18	4.944.137,06
Benefícios a conceder:	52.156.167,05	63.886.296,21
Benefícios do plano com a geração atual:	52.156.167,05	63.886.296,21
Outras contribuições da geração atual:	0,00	0,00

A redução nas provisões matemáticas de benefícios concedidos decorre do pagamento de benefícios ao longo do exercício.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder tiveram um crescimento de 22,49% decorrente da acumulação de contribuições e rentabilidades nos saldos de contas individuais.

A rentabilidade do plano, em 2018, foi de 9,52%.

FUNDOS PREVIDENCIAIS EXISTENTES NA DATA DESTA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Está registrado no fundo administrativo o montante de R\$ 766.427,54, referente à participação deste plano no Plano de Gestão Administrativa – PGA e no Fundo de Reversão o montante de R\$ 284.002,96.

VARIAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Confrontando-se o ativo líquido do plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de equilíbrio atuarial, sendo registrado um resultado nulo, conforme se espera que ocorra em planos de contribuição definida.

NATUREZA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O plano de benefícios não apresentou resultados e, portanto, não há comentários a fazer em relação à natureza do resultado.

SOLUÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Não há déficit atuarial no plano de benefícios.

CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E COMPARAÇÃO COM EXERCÍCIO ANTERIOR

O quadro seguinte resume os custos atuariais do plano de benefícios, em 31/12/2018, comparando-os com os custos da avaliação atuarial anterior. Todos os custos estão expressos como percentagem do salário-de-participação.

BENEFÍCIOS	31/12/2017	31/12/2018
Aposentadorias ¹	9,39%	9,73%
Despesas Administrativas	0,22%	0,22%
Custo total	9,61%	9,95%

1 – O custo das aposentadorias representa o percentual médio da contribuição de participante e patrocinadora obtido a partir das contribuições informadas no cadastro de novembro de 2018. Essa média corresponde à divisão do montante de contribuições pelo montante de salários.

PLANO DE CUSTEIO

O plano de benefícios possui apenas um grupo de custeio, para o qual se sugere o seguinte plano de custeio.

PLANO DE CUSTEIO PARA 2019

Participantes	
Contribuição normal	Mínimo 2%, incidente sobre o salário de contribuição do Plano BD-01
Contribuição facultativa	Livre escolha
Patrocinadoras	
Contribuição normal	Paritária com a contribuição do participante, mas limitada a 6%

Para custeio administrativo do plano de benefícios, propõe-se a seguinte estrutura, conforme consta do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa-PGA.

DISCRIMINAÇÃO	BASE DA APLICAÇÃO	PLANO CD-02	
		PARTICIPANTE	PATROCINADOR
Participantes Ativos	Contribuição previdencial normal	2,00%	2,00%
Participantes Assistidos	Valor da renda mensal	0,30%	-
Participantes assistidos em regime especial (BPD)	Valor da renda mensal	0,30%	-
Participantes auto-patrocinados	Contribuição previdencial mensal	2,00%	-
Participantes ativos em regime especial (espera de BPD) e Participantes desligados (com reserva a resgatar)	Saldo de conta resgatável em 31/12/2018	0,008%	-

DÍVIDAS CONTRATADAS

Em 31/12/2018, não existiam dívidas contratadas.

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Não há provisões matemáticas a constituir.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS AOS QUAIS O GRUPO DE CUSTEIO ESTÁ EXPOSTO E SUGESTÕES PARA MITIGAÇÃO DESSES RISCOS

O plano de benefícios, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não está exposto a riscos atuariais.

RECOMENDAÇÕES PARA RESTABELECER A SUFICIÊNCIA DE COBERTURA DO GRUPO DE CUSTEIO

Não há recomendações nesta data para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio.

COMENTÁRIOS FINAIS

Pelo exposto, concluímos que a situação atuarial do plano de benefícios está equilibrada em termos atuariais, tendo apresentado um patrimônio de cobertura do plano suficiente para financiar as provisões matemáticas.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Brasília – DF, 12 de março de 2019.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial de 31/12/2018 do Plano de Benefícios CV-03, o qual é constituído na modalidade de Contribuição Variável, tal como definido na Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

São Patrocinadoras do Plano o BRB - Banco de Brasília S/A, a REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada, a Cartão BRB S/A e a BRB Administradora e Corretora de Seguros.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, em especial a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CNPC de nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece parâmetros técnicos para a avaliação de planos de benefícios e a Instrução nº 12, de 13 de outubro de 2014, da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, que cria normas para o preenchimento das Demonstrações Atuariais.

Os resultados apresentados neste parecer tomam por base a avaliação realizada com fundamento nas premissas e hipóteses definidas em conjunto com a entidade, bem como os normativos internos vigentes na data da reavaliação e os dados cadastrais posicionados em novembro de 2018.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Conforme comentado, os dados cadastrais utilizados na reavaliação atuarial do Plano de Benefícios CV-03 estão posicionados em novembro de 2018 e avaliados por esta consultoria como de boa qualidade e adequados aos cálculos atuariais necessários para a determinação do passivo atuarial, plano de custeio e situação atuarial do plano de benefícios.

HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIME FINANCEIRO E MÉTODO ATUARIAL

As hipóteses atuariais utilizadas nesta reavaliação foram:

Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade de válidos: AT-2000 por sexo suavizada em 10%, sendo utilizada internamente pelo programa de cálculo uma tábua unissex elaborada a partir das tábuas por sexo e da proporção entre homens e mulheres em cada idade observada na base de dados da avaliação atuarial;
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Rotatividade: 2,03%; e
- Não foi utilizada a hipótese de gerações futuras.

Hipóteses Demográficas

- Composição do grupo familiar na data do óbito do participante
 - Participantes assistidos: dados dos dependentes informados em cadastro; e
 - Participantes ativos: família média padrão REGIUS.

Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa de juros anual real: 4,50%
- Projeção de crescimento real anual dos salários: 2,50%
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do RGPS: 0,00%
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano: 0,00%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - Salários: 100,00%
 - Benefícios do RGPS: 100,00%
 - Benefícios do plano: 100,00%

Regimes financeiros e método atuarial

- Regime de Capitalização e método Capitalização Financeira Individual, para as aposentadorias programadas. Para as aposentadorias por invalidez e pecúlios foi utilizado o método de Idade Normal de Entrada. As despesas administrativas são avaliadas pelo regime financeiro de Repartição Simples.

Foram mantidas as mesmas hipóteses utilizadas na avaliação de 31/12/2017.

Todas as hipóteses adotadas estão de acordo com as disposições da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, e foram selecionadas em função dos resultados dos testes de adequação realizados por esta consultoria, em conformidade com a Resolução CNPC nº 09/2012 e IN nº 23/2015, que eram as normas vigentes à época da elaboração do estudo de adequação das hipóteses atuariais. Com relação à taxa de juros, foi elaborado um estudo de adequação demonstrando a convergência entre a rentabilidade esperada para os investimentos e o valor da taxa de juros a ser usada como hipótese na avaliação atuarial, cujas informações foram fornecidas pelo AETQ da entidade.

Os estudos de aderência foram aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da entidade, com a recomendação do atuário responsável pelo plano de benefícios de manutenção das hipóteses da avaliação anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Em nossa opinião, o método de financiamento vem produzindo resultados consistentes, possibilitando a acumulação de reservas matemáticas que são suficientes para o equilíbrio atuarial do plano de benefícios, conforme demonstrado neste relatório.

CARACTERÍSTICAS DO PLANO

O Plano de Benefícios CV-03 está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, tal como preceitua a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Cálculo do ativo líquido do plano

O ativo líquido do plano foi calculado a partir das informações contábeis da entidade, registradas em seu balancete de 31/12/2018 e abaixo reproduzidas.

<u>Rubrica</u>	<u>Valores em R\$</u>
Ativo Total:	314.813.176,47
Exigível Operacional:	(-) 295.782,00
Exigível Contingencial:	(-) 0,00
Fundos:	(-) 22.613.004,99
Ativo Líquido do Plano:	291.904.389,48

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

RUBRICA	31/12/2017	31/12/2018
Exigível atuarial:	237.911.697,89	288.944.026,16
Provisões matemáticas:	237.911.697,89	288.944.026,16
Benefícios concedidos:	4.446.923,62	6.438.822,31
Benefícios a conceder:	233.464.774,27	282.505.203,85
Benefícios do plano com a geração atual:	244.564.180,11	293.915.425,05
Outras contribuições da geração atual:	(11.099.405,84)	(11.410.221,20)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos aumentaram 44,79% em decorrência das variações normais no plano, fruto dos reajustes de benefícios e do custo dos juros atuariais, mas principalmente das concessões de benefícios ocorridas durante 2018.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder tiveram um crescimento de 21,01% decorrente da acumulação de contribuições e rentabilidades nos saldos de contas individuais, bem como dos crescimentos salariais ocorridos entre as duas avaliações atuariais e que refletiram na elevação das provisões matemáticas dos benefícios de risco.

As provisões matemáticas totais aumentaram 21,45%.

A rentabilidade do plano, em 2018, foi de 10,35%.

FUNDOS PREVIDENCIAIS EXISTENTES NA DATA DESTA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Em 31/12/2018, o plano contava com o montante de R\$ 22.613.004,99, distribuídos da seguinte forma:

FUNDOS	2017	2018
Fundo Garantidor de Riscos Previdenciais	9.674.729,61	15.065.183,49
Fundo Coletivo de Riscos	0,00	0,00
Participação no Fundo Administrativo PGA	6.075.296,71	7.188.055,72
Fundo de Garantia de Empréstimos	311.834,53	359.765,78
TOTAL	16.061.860,85	22.613.004,99

As regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais estão especificadas no regulamento do plano de benefícios e na nota técnica atuarial.

VARIAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Confrontando-se o ativo líquido do plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de equilíbrio, sendo registrado um pequeno superávit de R\$ 2.960.363,32, o qual foi originado pela rentabilidade patrimonial acima da meta atuarial e pela alteração na metodologia de cálculo das provisões matemáticas dos benefícios de pecúlio por morte de ativos, as quais passaram a considerar nos seus cálculos os saldos de conta dos participantes.

A metodologia anterior de cálculo das provisões do pecúlio por morte não previa a dedução do saldo de conta do montante necessário para pagamento do referido benefício, gerando um montante mais elevado de provisão matemática. Tal prática, de natureza prudencial, tinha por objetivo proteger o plano contra o risco de oscilações nas concessões do referido benefício, sendo que, a partir de dezembro de 2018, a metodologia passou a prever a dedução do saldo de contas e o excedente que vinha sendo registrado como provisão matemática foi transferido para o Fundo Garantidor de Riscos Previdenciais.

NATUREZA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O resultado apresentado pelo plano de benefícios é consequência de fatores estruturais inerentes à modalidade do plano de benefícios.

SOLUÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

O plano de benefícios não apresentou déficit atuarial nesta avaliação, tendo registrado superávit.

Em conformidade com o artigo 15 da Resolução CGPC nº 30/2018, o resultado superavitário do plano de benefícios deverá ser destinado à constituição de reserva de contingência até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir, ou até o limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite da Reserva de Contingência = $10\% + (1\% \times \text{duração do passivo}) \times \text{Provisão Matemática}$, limitado a 25% dessa mesma provisão.

A duração do passivo, calculada para este plano de benefícios com base nos fluxos da avaliação de 31/12/2018, foi de 15,90 anos, calculada usando-se o sistema Venturo, disponibilizado pela PREVIC, que aplicada na fórmula anterior resulta no seguinte Limite da Reserva de Contingência:

Limite da Reserva de Contingência: $\text{Menor}[(10\% + 15,90\%); 25\%] \times \text{R\$ } 8.517.565,64 = \text{R\$ } 2.129.391,41$.

Portanto, o superávit atuarial registrado na data desta avaliação deverá ser parcialmente destinado à constituição de reserva de contingência, no montante de R\$ 2.129.391,41 e a parcela remanescente será utilizada para constituir reserva especial para revisão de plano, no valor de R\$ 830.971,91.

CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E COMPARAÇÃO COM EXERCÍCIO ANTERIOR

O quadro seguinte resume os custos atuariais do plano de benefícios, em 31/12/2018, comparando-os com os custos da avaliação atuarial anterior. Todos os custos estão expressos como porcentagem do salário-de-participação, sendo que os custos dos benefícios de aposentadorias programadas expressam as taxas médias de contribuição para benefícios programados.

BENEFÍCIOS	31/12/2017	31/12/2018
Aposentadorias	13,19%	13,28%
Aposentadorias por invalidez	0,36%	0,36%
Pecúlio por morte	0,04%	0,02%
Despesas administrativas	0,61%	0,61%
Custo total	14,20%	14,27%

PLANO DE CUSTEIO

O plano de benefícios possui apenas um grupo de custeio, para o qual se sugere o seguinte plano de custeio.

PLANO DE CUSTEIO PARA 2019

Participantes	
Contribuição básica	Mínimo 6%
Contribuição adicional	Livre escolha
Patrocinadoras	
Contribuição básica	Paritária com a contribuição do participante, mas limitada a 8%
Contribuição para benefícios de risco	0,40%

Para custeio administrativo do plano de benefícios, propõe-se a seguinte estrutura, conforme consta do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa-PGA.

DISCRIMINAÇÃO	BASE DA APLICAÇÃO	PLANO CV-03	
		PARTICIPANTE	PATROCINADOR
Participantes Ativos	Contribuição previdencial normal	4,28%	4,28%
Participantes Assistidos	Contribuição previdencial normal	-	-
	Valor da renda mensal	0,68%	-
Participantes assistidos em regime especial (BPD)	Contribuição previdencial normal	-	-
	Valor da renda mensal	0,68%	-

Participantes auto-patrocinados	Contribuição previdencial mensal	4,28%	-
	Salário de contribuição	0,68%	-
Participantes ativos em regime especial (espera de BPD) e Participantes desligados	Reserva de poupança	-	-
	Fundo individual	0,024%	-
Pensionistas	Valor da pensão mensal	-	-
Beneficiários de participantes assistidos em regime especial	Valor da renda mensal	-	-

DÍVIDAS CONTRATADAS

Em 31/12/2018, não existiam dívidas contratadas.

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Não há provisões matemáticas a constituir.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS AOS QUAIS O GRUPO DE CUSTEIO ESTÁ EXPOSTO E SUGESTÕES PARA MITIGAÇÃO DESSES RISCOS

O plano de benefícios por ser constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

RECOMENDAÇÕES PARA RESTABELECER A SUFICIÊNCIA DE COBERTURA DO GRUPO DE CUSTEIO

O plano de custeio não apresentou insuficiências atuariais.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O ajuste de precificação informado pela EFPC relativo ao plano CV-03 alcançou o montante positivo de R\$ 2.169.016,18 e, tendo em vista que o plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, com parcial destinação para a reserva de contingência, o ajuste de precificação não tem efeitos em relação aos resultados da avaliação atuarial sob comento, pois conforme a Instrução Previc nº 10/2018, referido ajuste somente pode ser utilizado para revisão de plano de benefícios e, portanto, não se aplica aos resultados da presente avaliação atuarial.

Ainda conforme o art. 11 da Instrução Previc nº 10/2018, em caso de superávit, apenas os ajustes negativos poderão ser utilizados.

Lembramos, ainda, que os títulos utilizados no ajuste de precificação devem atender aos requisitos constantes do art. 10 da mencionada Instrução, em especial no que diz respeito à sua manutenção até o vencimento.

COMENTÁRIOS FINAIS

Pelo exposto, concluímos que a situação atuarial do plano de benefícios está equilibrada em termos atuariais, tendo apresentado um patrimônio de cobertura do plano suficiente para financiar as provisões matemáticas e registrado um pequeno superávit atuarial que deverá ser integralmente destinado à constituição de reserva de contingência.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Brasília – DF, 11 de março de 2019.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial de 31/12/2018 do Plano de Benefícios CD-METRÔ-DF, o qual é constituído na modalidade de Contribuição Definida, tal como definido no art. 3º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O plano é patrocinado pela Companhia do Metropolitan do Distrito Federal.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, em especial a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CNPC de nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece parâmetros técnicos para a avaliação de planos de benefícios e a Instrução nº 12, de 13 de outubro de 2014, da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, que cria normas para o preenchimento das Demonstrações Atuariais.

Os resultados apresentados neste parecer tomam por base a avaliação realizada com fundamento nas premissas e hipóteses definidas em conjunto com a entidade, bem como os normativos internos vigentes na data da reavaliação e os dados cadastrais posicionados em novembro de 2018.

QUALIDADE DABASE CADASTRAL UTILIZADA

Conforme comentado, os dados cadastrais utilizados na reavaliação atuarial do Plano de Benefícios CD-METRÔ-DF estão posicionados em novembro de 2018 e avaliados por esta consultoria como de boa qualidade e adequados aos cálculos atuariais necessários para a determinação do passivo atuarial, plano de custeio e situação atuarial do plano de benefícios.

HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIME FINANCEIRO E MÉTODO ATUARIAL

As hipóteses atuariais utilizadas nesta reavaliação foram:

Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade de válidos: não aplicável;
- Tábua de entrada em invalidez: não aplicável;
- Tábua de mortalidade de inválidos: não aplicável;
- Rotatividade: não aplicável.

Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa de juros anual real: 4,50%a.a. Projeção de crescimento real anual dos salários: não aplicável;
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do RGPS: não aplicável
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano: não aplicável
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - Salários: não aplicável
 - Benefícios do RGPS: não aplicável
 - Benefícios do plano: não aplicável

Regimes financeiros e método atuarial

- Regime de Capitalização e método Capitalização Financeira Individual.

Em relação à reavaliação atuarial de 31/12/2017, foram mantidas as demais hipóteses atuariais, uma vez que estão adequadas à massa de participantes e compatíveis com a realidade econômica, financeira, previdencial, laboral e biométrica do plano.

Conforme estabelece o art. 2º da Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, vigente à época da elaboração dos estudos de adequação das hipóteses para a REGIUS, a comprovação, por meio de estudo técnico, da adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos é exigida para os planos que possuam obrigações registradas em provisão matemáticas de benefício definido.

Dessa forma, o plano sob comento não está obrigado a elaborar estudo de adequação das hipóteses atuariais.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Em nossa opinião, o método de financiamento vem produzindo resultados consistentes, possibilitando a acumulação de reservas matemáticas que são suficientes para o equilíbrio atuarial do plano de benefícios, conforme demonstrado neste relatório.

CARACTERÍSTICAS DO PLANO

O Plano de Benefícios CD-METRÔ-DF está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, tal como preceitua a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Cálculo do ativo líquido do plano

O ativo líquido do plano foi calculado a partir das informações contábeis da entidade, registradas em seu balancete de 31/12/2018 e abaixo reproduzidas.

Rubrica	Valores em R\$
Ativo Total:	35.073.850,79
Exigível Operacional:	(-) 43.905,75
Exigível Contingencial:	(-) 0,00
Fundos:	(-) 710.553,57
Ativo Líquido do Plano:	34.319.391,47

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial, em 31/12/2018, era composto da seguinte forma:

RUBRICA	31/12/2017	31/12/2018
Exigível atuarial:	23.445.401,58	34.319.391,47
Provisões matemáticas:	23.445.401,58	34.319.391,47
Benefícios concedidos:	0,00	0,00
Benefícios a conceder:	23.445.401,58	34.319.391,47
Benefícios do plano com a geração atual:	23.445.401,58	34.319.391,47
Outras contribuições da geração atual:	0,00	0,00

Não existem benefícios concedidos no plano.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder tiveram um crescimento de 46,38% decorrente da acumulação de contribuições e rentabilidades nos saldos de contas individuais.

A rentabilidade do plano, em 2018, foi de 9,92%.

FUNDOS PREVIDENCIAIS EXISTENTES NA DATA DESTA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Está registrado no fundo administrativo o montante de R\$ 584.776,28, referente à participação deste plano no Plano de Gestão Administrativa – PGA, no Fundo de Reversão o montante de R\$ 123.617,73 e no Fundo de Garantia dos Empréstimos o montante de R\$ 2.159,56.

VARIAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Confrontando-se o ativo líquido do plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de equilíbrio atuarial, sendo registrado um resultado nulo, conforme se espera que ocorra em planos de contribuição definida.

NATUREZA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O plano de benefícios não apresentou resultados e, portanto, não há comentários a fazer em relação à natureza do resultado.

SOLUÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Não há déficit atuarial no plano de benefícios.

CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E COMPARAÇÃO COM EXERCÍCIO ANTERIOR

O quadro seguinte resume os custos atuariais do plano de benefícios, em 31/12/2018, comparando-os com os custos da avaliação atuarial anterior. Todos os custos estão expressos como porcentagem do salário-de-contribuição.

BENEFÍCIOS	31/12/2017	31/12/2018
Aposentadorias ¹	8,60%	8,60%
Despesas Administrativas	0,26%	0,26%
Custo total	8,86%	8,86%

1 – O custo das aposentadorias representa o percentual médio da contribuição de participante e patrocinadora obtido a partir das contribuições informadas no cadastro de novembro de 2018. Essa média corresponde à divisão do montante de contribuições pelo montante de salários.

PLANO DE CUSTEIO

O plano de benefícios possui apenas um grupo de custeio, para o qual se sugere o seguinte plano de custeio.

PLANO DE CUSTEIO PARA 2019

Participantes	
Contribuição normal	Mínimo 3%
Contribuição facultativa	Livre escolha
Patrocinadoras	
Contribuição normal	Paritária com a contribuição do participante, mas limitada a 4%

Para custeio administrativo do plano de benefícios, propõe-se a seguinte estrutura, conforme consta do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa-PGA.

DISCRIMINAÇÃO	BASE DA APLICAÇÃO	PLANO CD-Metrô-DF	
		PARTICIPANTE	PATROCINADOR
Participantes Ativos	Contribuição previdencial normal	3,00%	3,00%
Participantes Assistidos	Valor da renda mensal	0,45%	-
Participantes assistidos em regime especial (BPD)	Valor da renda mensal	0,45%	-
Participantes auto-patrocinados	Contribuição previdencial mensal	3,00%	-
Participantes ativos em regime especial (espera de BPD) e Participantes desligados (com reserva a resgatar)	Saldo de conta resgatável em 31/12/2018	0,012%	-

DÍVIDAS CONTRATADAS

Em 31/12/2018, não existiam dívidas contratadas.

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Não há provisões matemáticas a constituir.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS AOS QUAIS O GRUPO DE CUSTEIO ESTÁ EXPOSTO E SUGESTÕES PARA MITIGAÇÃO DESSES RISCOS

O plano de benefícios, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não está exposto a riscos atuariais.

RECOMENDAÇÕES PARA RESTABELECER A SUFICIÊNCIA DE COBERTURA DO GRUPO DE CUSTEIO

Não há recomendações nesta data para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio.

COMENTÁRIOS FINAIS

Pelo exposto, concluímos que a situação atuarial do plano de benefícios está equilibrada em termos atuariais, tendo apresentado um patrimônio de cobertura do plano suficiente para financiar as provisões matemáticas.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Brasília – DF, 12 de março de 2019.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial de 31/12/2018 do Plano de Benefícios CD-05, o qual é constituído na modalidade de Contribuição Definida, tal como definido no art. 3º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O plano é patrocinado por pessoas jurídicas vinculadas por firmar convênio de adesão com a REGIUS nos termos do regulamento do plano de benefícios.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, em especial a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CNPC de nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece parâmetros técnicos para a avaliação de planos de benefícios e a Instrução nº 12, de 13 de outubro de 2014, da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, que cria normas para o preenchimento das Demonstrações Atuariais.

Os resultados apresentados neste parecer tomam por base a avaliação realizada com fundamento nas premissas e hipóteses definidas em conjunto com a entidade, bem como os normativos internos vigentes na data da reavaliação e os dados cadastrais posicionados em novembro de 2018.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Conforme comentado, os dados cadastrais utilizados na reavaliação atuarial do Plano de Benefícios CD-05 estão posicionados em novembro de 2018 e avaliados por esta consultoria como de boa qualidade e adequados aos cálculos atuariais necessários para a determinação do passivo atuarial, plano de custeio e situação atuarial do plano de benefícios.

HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIME FINANCEIRO E MÉTODO ATUARIAL

As hipóteses atuariais utilizadas nesta reavaliação foram:

Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade de válidos: não aplicável;
- Tábua de entrada em invalidez: não aplicável;
- Tábua de mortalidade de inválidos: não aplicável;
- Rotatividade: não aplicável.

Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa de juros anual real: 4,50% a.a.
- Projeção de crescimento real anual dos salários: não aplicável;
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do RGPS: não aplicável
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano: não aplicável
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - Salários: não aplicável
 - Benefícios do RGPS: não aplicável
 - Benefícios do plano: não aplicável

Regimes financeiros e método atuarial

- Regime de Capitalização e método Capitalização Financeira Individual.

Conforme estabelece o art. 2º da Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, vigente à época da elaboração dos estudos de adequação das hipóteses para a REGIUS, a comprovação, por meio de estudo técnico, da adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos é exigida para os planos que possuam obrigações registradas em provisão matemáticas de benefício definido.

Dessa forma, o plano sob comento não está obrigado a elaborar estudo de adequação das hipóteses atuariais.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Em nossa opinião, o método de financiamento vem produzindo resultados consistentes, possibilitando a acumulação de reservas matemáticas que são suficientes para o equilíbrio atuarial do plano de benefícios, conforme demonstrado neste relatório.

CARACTERÍSTICAS DO PLANO

O Plano de Benefícios CD-05 está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, tal como preceitua a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Cálculo do ativo líquido do plano

O ativo líquido do plano foi calculado a partir das informações contábeis da entidade, registradas em seu balancete de 31/12/2018 e abaixo reproduzidas.

<u>Rubrica</u>	<u>Valores em R\$</u>
Ativo Total:	2.545.238,71
Exigível Operacional:	(-) 13.652,86
Exigível Contingencial:	(-) 0,00
Fundos:	(-) 125.413,45
Ativo Líquido do Plano:	2.406.172,40

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial, em 31/12/2018, era composto da seguinte forma:

RUBRICA	31/12/2017	31/12/2018
Exigível atuarial:	837.200,53	2.406.172,40
Provisões matemáticas:	837.200,53	2.406.172,40
Benefícios concedidos:	0,00	0,00
Benefícios a conceder:	837.200,53	2.406.172,40
Benefícios do plano com a geração atual:	837.200,53	2.406.172,40
Outras contribuições da geração atual:	0,00	0,00

As provisões matemáticas de benefícios a conceder tiveram um crescimento de 187,41% decorrente da acumulação de contribuições e rentabilidades nos saldos de contas individuais.

A rentabilidade do plano, em 2018, foi de 9,05%.

FUNDOS PREVIDENCIAIS EXISTENTES NA DATA DESTA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Está registrado no fundo administrativo o montante de R\$ 86.739,49, referente à participação deste plano no Plano de Gestão Administrativa – PGA e no Fundo de Reversão o montante de R\$ 38.673,96.

VARIAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Confrontando-se o ativo líquido do plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de equilíbrio atuarial, sendo registrado um resultado nulo, conforme se espera que ocorra em planos de contribuição definida.

NATUREZA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O plano de benefícios não apresentou resultados e, portanto, não há comentários a fazer em relação à natureza do resultado.

SOLUÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Não há déficit atuarial no plano de benefícios.

CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E COMPARAÇÃO COM EXERCÍCIO ANTERIOR

O quadro seguinte resume os custos atuariais do plano de benefícios, em 31/12/2018, comparando-os com os custos da avaliação atuarial anterior. Todos os custos estão expressos como porcentagem do salário-de-participação.

BENEFÍCIOS	31/12/2017	31/12/2018
Aposentadorias ¹	-	10,39%
Despesas Administrativas	-	0,37%
Custo total	-	10,76%

1 – O custo das aposentadorias representa o percentual médio da contribuição de participante e patrocinadora obtido a partir das contribuições informadas no cadastro de novembro de 2018. Essa média corresponde à divisão do montante de contribuições pelo montante de salários.

PLANO DE CUSTEIO

O plano de benefícios possui apenas um grupo de custeio, para o qual se sugere o seguinte plano de custeio.

PLANO DE CUSTEIO PARA 2019

Participantes	
Contribuição normal	Mínimo 3%
Contribuição facultativa	Livre escolha
Patrocinadoras	
Contribuição normal	Paritária com a contribuição do participante, mas limitada a 6%

Para custeio administrativo do plano de benefícios, propõe-se a seguinte estrutura, conforme consta do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa-PGA.

DISCRIMINAÇÃO	BASE DA APLICAÇÃO	PLANO CD-05	
		PARTICIPANTE	PATROCINADOR
Participantes Ativos	Contribuição previdencial normal	4,00%	4,00%
Participantes Assistidos	Valor da renda mensal	0,60%	-
Participantes assistidos em regime especial (BPD)	Valor da renda mensal	0,60%	-
Participantes auto-patrocinados	Contribuição previdencial mensal	4,00%	-
Participantes ativos em regime especial (espera de BPD) e Participantes desligados (com reserva a resgatar)	Saldo de conta resgatável em 31/12/2018	0,016%	-

DÍVIDAS CONTRATADAS

Em 31/12/2018, não existiam dívidas contratadas.

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Não há provisões matemáticas a constituir.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS AOS QUAIS O GRUPO DE CUSTEIO ESTÁ EXPOSTO E SUGESTÕES PARA MITIGAÇÃO DESSES RISCOS

O plano de benefícios, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não está exposto a riscos atuariais.

RECOMENDAÇÕES PARA RESTABELECER A SUFICIÊNCIA DE COBERTURA DO GRUPO DE CUSTEIO

Não há recomendações nesta data para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio.

COMENTÁRIOS FINAIS

Pelo exposto, concluímos que a situação atuarial do plano de benefícios está equilibrada em termos atuariais, tendo apresentado um patrimônio de cobertura do plano suficiente para financiar as provisões matemáticas.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Brasília – DF, 12 de março de 2019.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

Manifestação do Conselho Fiscal

Transcrição da ata da 402ª reunião, realizada em 25 de março de 2019.

“Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2019, às 09 (nove) horas, conforme convocação de 21/03/2019, reuniu-se o Conselho Fiscal da REGIUS, com a presença dos Conselheiros infra-assinados, para tratar do seguinte assunto: **CONTAS DA REGIUS – FECHAMENTO DO EXERCÍCIO-2018: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO/2018 – PARECERES ATUARIAIS – PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE** – O Conselho Fiscal analisou a documentação que lhe foi encaminhada por meio da C.I-PRESI-2019/061, de 22/03/2019, pertinente as contas da REGIUS no fechamento do exercício de 2018. Em conformidade com o inciso II do Art. 45 do Estatuto desta Entidade e consoante ao que estabelece a alínea “j”, do artigo 17 da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 29, de 13/04/2018, e Instrução PREVIC nº 025/2015, de 17/12/2015, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2018, consolidadas, individualizadas por Plano de Benefícios Previdenciários e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, consubstanciado pelos Pareceres Atuariais da empresa *Vesting*, responsável técnica pelos Planos Previdenciários, bem assim pela minuta do Parecer da Auditoria Independente emitido pela empresa *BDO RCS Auditores Independentes SS* para os Planos Previdenciários, este Conselho entende que as referidas demonstrações refletem a situação patrimonial e financeira da REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada e de seus Planos, com os destaques nos seguintes pontos: I) No que se refere ao Parecer da Auditoria Independente o COFIS verificou que não há ênfases e/ou ressalvas no exercício de 2018; II) Este Conselho destaca, também, o parágrafo final do Parecer da Auditoria de 2018, que cita constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, que foram identificados no decorrer dos trabalhos realizados, e este Conselho Fiscal não foi informado das eventuais deficiências identificadas; III) Não foram apresentados pelo atuário os impactos atuariais ocorridos no Plano BD referentes as mudanças de taxa de juros e tábua biométrica; IV) Não foi explicitada, nas Notas Explicativas, a reversão dos valores do superávit no valor de aproximadamente R\$ 4 milhões decorrente dos estudos de segunda opinião atuarial que foram realizados em 2018 no Plano CV-03; V) Este Conselho Fiscal continuará acompanhando os desdobramentos da operação Circus Maximus, a fim de avaliar eventuais impactos no Patrimônio dos Planos de Benefícios. Diante do exame efetuado, o Conselho Fiscal recomenda ao Conselho Deliberativo a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis desta Entidade relativas ao exercício de 2018.”


RICARDO JOSÉ DUARTE RODRIGUES
Conselheiro-Presidente


DULCE DE MATOS CARPANEZ
Conselheira


SHIRLEY FONSECA SILVA
Conselheira


ÉLCIO FLÁVIO BRAGA
Conselheiro

Manifestação do Conselho Deliberativo

Transcrição da ata da 561ª reunião, realizada em 27 de março de 2019.

“Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de março de 2019, às 14 (quatorze) horas, consoante convocação de 26/03/2019, reuniu-se o Conselho Deliberativo da REGIUS, presentes os Conselheiros infra-assinados, para tratar do seguinte assunto: **CONTAS DA REGIUS - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO FINDO EM 31/12/2018: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO/2018 – PARECERES ATUARIAIS – PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE – PARECER DO CONSELHO FISCAL** – Por intermédio da C.I-PRESI-2019/064, de 26/03/2019, a Diretoria Executiva informa que aprovou as Demonstrações Contábeis pertinentes às contas da REGIUS no fechamento do exercício financeiro de 2018, e encaminhou a este Conselho a documentação correspondente, inclusive o parecer do Conselho Fiscal representado pela ata COFIS 402ª, de 25/03/2019. Em conformidade com o inciso XVI do Art. 26 do Estatuto desta Entidade de Previdência, e considerando o que estabelece a alínea “k” do Art. 17 da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 29, de 13/04/2018, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2018, consubstanciado pelas avaliações e respectivos pareceres atuariais da empresa *Actuarial – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.*, responsável técnica pelo acompanhamento dos Planos de Benefícios administrados por esta Entidade, bem assim pelo Parecer da Auditoria Independente emitido pela empresa BDO RCS Auditores Independentes SS e pelo Parecer do Conselho Fiscal, este Conselho deliberou, por unanimidade de seus membros, aprovar as referidas Demonstrações Financeiras, e registra que obteve do auditor responsável pela Auditoria Independente a seguinte manifestação que ampara a redação questionada no destaque II do Parecer do Conselho Fiscal, contido em sua ata 402ª: “Esse é um parágrafo padrão de todos os relatórios de auditoria, constante inclusive no modelo confeccionado pelo Ibracon a ser adotado por todos os auditores independentes no Brasil. Isso reflete que poderão ocorrer deficiências de controles internos, incluindo eventuais deficiências significativas, que constarão em nosso relatório de controles internos confeccionado em conexão com o exame de auditoria. Isso não significa que existem deficiências significativas na Regius assim como em todas as outras empresas”. No que se refere ao destaque III do Parecer do Conselho Fiscal, este Conselho Deliberativo recomenda à Diretoria Executiva que, doravante, em ocorrências de novos fatos, os impactos financeiros sejam demonstrados de forma individualizada por premissa alterada e refletidos nas Notas Explicativas. Quanto ao destaque IV do Parecer do Conselho Fiscal, este Conselho Deliberativo registra que por ocasião da auditoria atuarial do Plano CV-03, restou decidido, conforme atas das reuniões DIREX 1004ª, COFIS 394ª e Conde 553ª, transferir o valor calculado a título de pecúlio por morte (participantes ativos) de reserva matemática para o Fundo Garantidor de Riscos Previdenciários, nos estudos posicionados a partir de 31/12/2018. Tal alteração está explicitada na nota explicativa referente ao Fundo Garantidor de Riscos Previdenciários (páginas 95 e 96 do relatório das Notas Explicativas).”

 Antônio Carlos Alves Barros, lavrei a presente ata.


ROMES GONÇALVES RIBEIRO
Conselheiro-Presidente


CARLOS CESAR BORGES
Conselheiro


JÂNIO DEODORO BRAGANÇA DE VASCONCELOS
Conselheiro


CARLOS ALBERTO LEITE
Conselheiro-suplente


DOUGLAS SCHMEISCK RIBEIRO
Conselheiro


WENDELL FEITOSA CASTRO
Conselheiro

OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍD.
CDS-504 BL. B Lot. 07/00 - Ass. 5
Brasília/DF - Tel: 41 3214-3504

Expediente

Publicação da REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada
SGAS Quadra 902, Ed. Athenas, Bloco C, 2º andar, Brasília – DF, CEP: 70.390-020
Tel.: (61)30354400/www.regius.org.br/relacionamento@regius.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Membros Efetivos

Romes Gonçalves Ribeiro - Presidente
Carlos Cesar Borges
Douglas Schmeisck Ribeiro
Jânio Deodoro Bragança Vasconcelos
Ozires Leal Barbosa
Wendell Feitosa Castro

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Ricardo José Duarte Rodrigues - Presidente
Dulce de Matos Carpanez
Élcio Flávio Braga
Shirley Fonseca Silva

DIRETORIA EXECUTIVA

Nilza Rodrigues De Moraes
Diretora-Presidente

Marcello Furlanetto Gomes
Diretor Financeiro

Sandro Soares de Souza
Diretor de Benefícios e Administração

Valdeci Carneiro da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Projeto gráfico, design e diagramação
Creative Tea Comunicação



A confiança presente nos planos futuros.

SGAS 902 - Ed. Athenas - Bloco C - 2º andar - 70390-020 - Brasília-DF
Tel.: 61-3035-4400 / www.regius.org.br / relacionamento@regius.org.br